

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 26 de abril de 2024 • Nº 1791 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

BENEFÍCIO

Governo eleva em 52% 'vale alimentação' de servidores

Os servidores públicos federais terão reajuste de 51,9% no auxílio-alimentação a partir do próximo mês. Com a medida, o benefício passa de R\$ 658 para R\$ 1 mil. O auxílio-saúde dos servidores, que hoje é de R\$ 144,38, será reajustado para cerca de R\$ 215 e o auxílio-creche passa de R\$ 321 para R\$ 484,90. Os valores foram fechados ontem em acordo entre as entidades representativas dos servidores e o governo federal, por meio da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SRT/MGI). O governo também se comprometeu a implantar até julho todas as mesas específicas de carreiras que ainda não foram abertas no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente. De acordo com o ministério, o aumento do auxílio-alimentação resulta em ganho de renda de mais de 4,5% para mais de 200 mil servidores ativos que ganham até R\$ 9 mil mensais. Os servidores com as menores remunerações e que recebem, simultaneamente, os três benefícios (alimentação, saúde e creche) terão aumento de até 23% na remuneração total. O secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopez Feijó, destacou que, em 2023, o governo já havia concedido aumento salarial linear para todos os servidores públicos federais. **PÁGINA 7**

SÃO PAULO

Justiça torna réus diretores de empresa ligada ao PCC

PÁGINA 8

RIO DE JANEIRO

ISP: mortes violentas têm queda de 31% no 1º trimestre

PÁGINA 10

PRESSÃO DE ACIONISTAS

Petrobras vai pagar R\$ 21,95 bilhões em dividendos extras

A Petrobras irá distribuir aos acionistas um total de R\$ 21,95 bilhões, referente a 50% do valor avaliado para os dividendos extraordinários. A decisão é relativa ao exercício social de 2023. Com as atualizações monetárias desde o dia 31 de dezembro do ano passado, o pagamento está atualmente calculado em R\$ 1,7571521 por ação preferencial e ordinária. No entanto, a remuneração se dará em

duas parcelas iguais nos meses de maio e de junho e, até as datas dos efetivos repasses, os valores seguirão sendo corrigidos. Na ocasião, também serão pagos R\$ 14,19 bilhões referentes a compromissos assumidos anteriormente pela Petrobras, levando em conta o lucro de 2023 e a fórmula prevista em sua Política de Remuneração aos Acionistas. **PÁGINA 2**

LULA EM REUNIÃO



RAFA NEDDERMEYER/ABRASIL

Indígenas fazem manifestação em frente ao Palácio do Planalto

Entidades indígenas realizaram, ontem, uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto. A concentração em frente ao edifício ocorreu enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reunia com lideranças e coordenadores de organizações indígenas no Planalto. Desde o início do dia, a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, ficou fechada na altura da Catedral de Brasília para a manifestação indígena. As lideranças começaram a marchar em direção ao Palácio

do Planalto por volta das 16h30min. Por volta das 17h30min, o movimento passou a se dissipar. Enquanto ocorria a manifestação, Lula estava reunido com ministros e lideranças para falar sobre a pauta indígena. Também participam da reunião a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, o ministro da Secretaria-Geral, Márcio Macedo, além das lideranças. O marco temporal é uma interpretação de um artigo da Constituição Federal. **PÁGINA 9**

OPERAÇÕES CRIMINAIS

Supremo consolida poder de polícia do MP

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria ontem, para reconhecer que o Ministério Público também pode abrir e conduzir investigações criminais. Os Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) do MP deverão seguir os mesmos prazos e parâmetros dos inquéritos policiais. O posicionamento vai de encontro a pretensões de policiais civis e federais, que frequentemente rivalizam com promotores e procuradores e se veem "atropelados" por eles. A recente crise entre delegados e membros do Ministério Público de São Paulo em torno da Operação Fim da Linha,

contra o PCC, ilustra como o tema divide os órgãos de investigação. O pano de fundo do debate é se, além de requisitar inquéritos criminais, o MP pode fazer as investigações diretamente, produzindo provas. Os ministros ainda vão definir a tese na retomada do julgamento, marcada para o dia 2 de maio, mas já houve consenso em torno de algumas premissas. Uma delas é a de que o Ministério Público pode realizar as próprias investigações, mas precisa comunicar imediatamente ao Poder Judiciário quando instaurar - ou encerrar - um procedimento. **PÁGINA 9**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,08% / 124.645,58 / -95,11 / Volume: R\$ 21.378.118.937 / Negócios: 3.251.455			Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,47% (mar.)	EURO turismo	Compra: 5,5964	Venda: 5,7764									
Majores Altas			Majores Baixas			Mais Negociadas		Fechamento		Taxa Selic		DÓLAR Ptax - BC								
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	01/02	11,25%	01/02	11,15%	Compra: 5,1679	+0,17%					
COGNA ON NM	2.15	+7,50	+0,15	HYPERA ON EJ NM	27.15	-5,66	-1,63	PETROBRAS PN N2	42.22	+2,40	+0,99	NASDAQ Composite	15.611,759	-0,64	FTSE 100	8.078,86	+0,48			
YDUQS PART ON NM	15.12	+5,73	+0,82	ALLOS ON NM	20.54	-4,91	-1,06	VALE ON NM	62.22	-2,11	-1,34	CAC 40	8.016,65	-0,93	EURO Comercial	BM&F/grama	R\$ 388,97	Compra: 5,1614	Venda: 5,1620	
PETZ ON NM	4.80	+3,00	+0,14	IGUATEMI S.AUNT ED N1	20.330	-5,04	-1,080	ELETOBRAS ON N1	37.10	+0,92	+0,34	FTSE 100	8.078,86	+0,48	EURO turismo	BM&F/grama	R\$ 388,97	Compra: 5,1614	Venda: 5,1620	
EMBRAR ON NM	32.15	+2,68	+0,84	MULTIPLAN ON N2	23.07	-3,19	-0,76	ITAUUNIBANCPN N1	31.68	-0,56	-0,18	DAX	17.917,28	-0,87	TR	0,1100%	Compra: 5,5379	Venda: 5,5385	Compra: 5,1973	Venda: 5,3773
ULTRAPAR ON NM	26.31	+2,73	+0,70	AZUL PN N2	9.22	-3,86	-0,37	LOCALIZA ON NM	48.74	-1,58	-0,78	Ftse Mib	33.939,75	-0,97						

MERCADOS



Bolsa cai 0,08%, aos 124,6 mil pontos, apesar avanço da Petrobras

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Com apoio de Petrobras (ON +2,26%, PN +2,4%) - em tarde de confirmação, na AGO, da distribuição de 50% dos dividendos extraordinários -, A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ficou perto de zerar perdas na sessão, mas não conseguiu evitar o sinal negativo pelo terceiro dia consecutivo. Ontem, oscilou dos 123.702,89 pontos aos 124.731,65 pontos, saindo de abertura aos 124.717,88, e fechou em baixa de 0,08%, aos 124.645,58 pontos, com giro a R\$ 21,3 bilhões. Na semana, o Índice Bovespa (Ibovespa) cai 0,38% e, no mês, cede 2,7% - no ano, as perdas acumuladas pelo Ibovespa estão em 7,11%. Além dos resultados da Vale (ON -2,11%) - e da notícia, também da noite anterior, de que a Anglo American recebeu uma oferta de fusão não solicitada da BHP Billiton.

O impulso às ações da estatal, contudo, foi insuficiente

para se contrapor ao sinal não apenas de Vale mas também de outros pesos-pesados, como os grandes bancos, com destaque para Santander (Unit -2,43%) e Itaú (PN -0,56%). Na ponta perdedora do Ibovespa na sessão, Hypera (-5,66%), Iguatemi (-5,04%) e Allos (-4,91%). No lado oposto, Cogna (+7,50%), Yduqs (+5,73%) e Petz (+3,00%).

DÓLAR

O dólar à vista apresentou alta moderada na sessão de ontem, e voltou a superar a marca de R\$ 5,15 no fechamento.

O dólar até chegou a ensaiar uma baixa na primeira meia hora do pregão, quando tocou mínima a R\$ 5,1119. A máxima veio ainda pela manhã, a R\$ 5,193.

O dólar à vista fechou a R\$ 5,1635, avanço de 0,3%. Apesar de emendar ontem o segundo pregão seguido de alta, a moeda ainda recua 0,69% nesta semana.

GOVERNO CEDE

Petrobras vai pagar R\$ 21,95 bilhões em dividendos extras

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

A Petrobras irá distribuir aos acionistas um total de R\$ 21,95 bilhões, referente a 50% do valor avaliado para os dividendos extraordinários. A decisão é relativa ao exercício social de 2023. Com as atualizações monetárias desde o dia 31 de dezembro do ano passado, o pagamento está atualmente calculado em R\$ 1,7571521 por ação preferencial e ordinária. No entanto, a remuneração se dará em duas parcelas iguais nos meses de maio e de junho e, até as datas dos efetivos repasses, os valores seguirão sendo corrigidos.

Na ocasião, também serão pagos R\$ 14,19 bilhões referentes a compromissos assumidos anteriormente pela Petrobras, levando em conta o lucro de 2023 e a fórmula prevista em sua Política de Remuneração aos Acionistas. Dessa forma, considerando todos os repasses, atualmente os valores somam R\$ 2,8949567 por ação preferencial e ordinária, sendo que cada uma das duas parcelas equivale neste momento a R\$

1,44747835. As atualizações, que seguirão sendo realizadas até o efetivo pagamento, têm como base a taxa Selic.

A decisão foi aprovada ontem durante assembleia geral ordinária, que voltou a deliberar sobre a remuneração aos acionistas relativa ao exercício social de 2023. Até o mês passado, já haviam sido pagos R\$ 58,21 bilhões. Com os novos repasses que serão realizados, a remuneração total chegará a R\$ 94,35 bilhões.

Um impasse envolvendo o pagamento dos dividendos extraordinários vinha se arrastando desde março, quando foi anunciado o resultado financeiro da companhia em 2023 com um lucro líquido de R\$ 124,6 bilhões, o segundo maior de sua história. Na ocasião, o Conselho de Administração da Petrobras, composto majoritariamente por representantes da União indicados pelo governo brasileiro, comunicou que faria a retenção dos dividendos extraordinários, avaliados R\$ 43,9 bilhões.

A decisão de reter esse montante foi tomada devido à previsão de novos investimentos.

Embora a diretoria da companhia houvesse sugerido distribuir 50% dos valores, o Conselho de Administração avaliou que seria necessário examinar melhor os cenários e demandou análises mais detalhadas, postergando o pagamento desses recursos para outro momento.

Conforme o Estatuto da Petrobras, anualmente os acionistas têm direito de repartir dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Valores que superam esse percentual são considerados dividendos extraordinários, cujo repasse não é obrigatório.

A retenção dos valores anunciados em março teve repercussão nas ações da Petrobras, que despencaram cerca de 10% em apenas um dia. Especialistas em economia e mercado de petróleo apontaram a queda como resultado de um movimento especulativo voltado para pressionar pelo pagamento dos dividendos de forma imediata, estimulado principalmente por acionistas com interesses de curto prazo. A crise também alcançou a esfera política, levando o governo a ser questionado sobre a permanên-

cia no cargo do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

Na Petrobras, a discussão interna foi retomada na última reunião do Conselho de Administração, ocorrida na sexta-feira passada. Considerando o aumento do preço do barril do petróleo, calculou-se que a capacidade de financiamento dos projetos da Petrobras subiu de 65% para 85%. Com base nesse cenário, o Conselho de Administração voltou atrás e deu aval para que a diretoria encaminhasse à Assembleia Geral Ordinária a proposta de pagamento dos dividendos extraordinários em 50%.

Conforme o calendário de pagamento previsto, a primeira parcela deverá ser repassada no dia 20 de maio para os detentores de ações da Petrobras negociadas na B3, a bolsa de valores brasileira. Já quem possui American Depositary Receipts (ADRs), certificados de ações negociados nos Estados Unidos, será remunerado no dia 28 de maio. A segunda parcela está agendada para 20 de junho para os acionistas com títulos na B3 e para 27 de junho para os detentores de ADRs.

AGRICULTURA FAMILIAR

CMN ajusta normas de Programa de Garantia de Preços

ISADORA DUARTE/AE

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou em resolução publicada ontem ajuste de normas do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), ligado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em nota, o Ministério da Fazenda afirmou que os ajustes estão relacionados a medidas de aprimoramento e padronização dos processos operacionais de ressarcimento do bônus de desconto do PGPAF às instituições financeiras pelo Tesouro Nacional. "Não houve mudanças nas regras de acesso ao programa ou para concessão do bônus aos agricultores familiares", afirmou a pasta em nota.

O PGPAF, ligado ao Pronaf, é um programa direcionado a assegurar a remuneração dos custos variáveis de produção aos agricultores familiares que firmam financiamentos de custeio e investimento pelo Pronaf. O programa garante a estes agricultores a indexação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo variável de produção e nunca inferior ao estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos

(PGPM). O bônus é concedido ao agricultor na parcela do financiamento. O desconto é calculado com base no percentual de diferença entre o preço de garantia de cada produto para o ano agrícola e o preço médio de comercialização praticado no mês anterior ao pagamento do financiamento.

Agora, pela resolução, as instituições financeiras devem transferir à União o valor da subvenção econômica atualizado monetariamente em casos de aplicação irregular ou de desvio dos recursos de operações de crédito e de concessão irregular da subvenção econômica. O Secretariado do Tesouro Nacional (STN) poderá questionar as instituições financeiras sobre os valores apresentados do bônus.

De acordo com a resolução, a instituição financeira somente pode conceder bônus de desconto do PGPAF para os mutuários (contratantes do crédito rural) que, na data de pagamento da prestação, possuírem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF - Pronaf) válidos e cadastrados no sistema do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

SHOPPING

Multiplan tem lucro líquido de R\$ 267 milhões no 1º trimestre

CIRCE BONATELLI/AE

A Multiplan - dona de uma rede com 20 shopping centers - teve lucro líquido de R\$ 267 milhões no primeiro trimestre de 2024, alta de 28,9% ante o mesmo período do ano passado, conforme balanço publicado ontem.

O crescimento do lucro da Multiplan está relacionado à ampliação das receitas de locação de espaços aos lojistas, estacionamento e venda de imó-

veis. Houve ainda crescimento da linha de "outras receitas", derivada de parcerias do aplicativo Multi.

Além disso, a empresa reportou melhora na linha contábil de depreciação dos ativos, queda nas despesas financeiras e diminuição da alíquota tributária.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) somou R\$ 390 milhões, crescimento de 9,3% na mesma base de comparação anual. A margem Ebitda foi a

74,6%, baixa de 1,2 ponto porcentual.

O FFO (lucro líquido excluindo depreciação, amortização e efeitos não caixa) chegou a R\$ 327,5 milhões, avanço de 25,5%, enquanto a margem FFO teve um aumento de 7,1 pontos percentuais, para 62,5%.

A receita líquida totalizou R\$ 523,6 milhões, alta de 11%. A receita com locação de espaços nos shoppings cresceu 1,3%, para R\$ 374,5 milhões. A receita de estacionamentos au-

mentou 6,9%, chegando a R\$ 68,2 milhões. Além disso, o faturamento com venda de imóveis subiu 114%, para R\$ 22,2 milhões.

As despesas gerais e administrativas da Multiplan subiram 4,5%, para R\$ 46,2 milhões. A companhia informou ainda que as despesas com remuneração baseadas em ações foram de R\$ 9,9 milhões para R\$ 18,1 milhões devido ao novo plano que entrou em vigor neste ano.

IMÓVEIS

Appy: haverá redutor de ajuste para venda e aluguel

A proposta de regulamentação da reforma tributária traz um regime específico para os bens imóveis que, na prática, vai reduzir a tributação das casas populares, onde se enquadra o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), disse o secretário extraordinário de reforma tributária da Fazenda, Bernard Appy. Com isso, as incorporadoras que tiverem em sua carteira mais imóveis populares acabarão pagando menos imposto.

"Estamos trazendo progressividade para a tributação dos bens imóveis", disse Appy, que acredita que o sistema vai aumentar a produtividade do setor imobiliário no Brasil. Ele ainda explicou que, pela sistemática, é possível que empresas que trabalham com mais imóveis populares possam inclusive obter crédito que poderá ser recuperado em outros empreendimentos. "Uma das grandes vantagens é que neste modelo, incor-

poradoras terão crédito de tudo", afirmou o secretário, lembrando que não haverá incidência no caso de venda e aluguel de imóvel por pessoa física. Além disso, no aluguel de curta duração, com menos de 90 dias, a tributação será igual a da hotelaria.

O regime específico, aplicado as empresas, por exemplo, construtoras, funcionará da seguinte forma. A base de cálculo sobre a qual incidirá o imposto sobre consumo terá "redutores de ajuste" que irão diminuir essa base. Aliado a isso está a definição de que a alíquota de referência será reduzida em 20%.

Para imóveis de propriedade do contribuinte em 31 de dezembro de 2026, na alienação, locação ou arrendamento de bem imóvel, o redutor de ajuste corresponde ao valor de referência do imóvel nesta data.

No caso de bens imóveis ad-

quiridos a partir de 1º de janeiro de 2027 de quem não está sujeito ao regime regular do IBS e da CBS, o valor de ajuste corresponde ao menor entre o valor da aquisição do bem imóvel e o valor de referência do imóvel. Para os imóveis comprados a partir de 1º de janeiro de 2027 de quem está sujeito ao regime regular, o redutor de ajuste será o saldo não utilizado do redutor de ajuste relativo ao bem imóvel.

No aluguel por contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS, a base de cálculo da operação será reduzida, a cada mês, em montante equivalente a 1/360 do valor do redutor de ajuste na data de sua constituição.

Na alienação do bem imóvel por contribuinte sujeito ao regime regular do IBS da CBS, a base de cálculo da operação será reduzida em montante equivalente ao saldo do redutor de ajuste

na data da operação.

Os imóveis populares acabarão sendo beneficiados pela criação de um redutor adicional, chamado de "redutor social". Ele é aplicado na venda de qualquer imóvel residencial novo, em que poderá ser deduzido da base de cálculo do IBS e da CBS o valor de R\$ 100 mil por imóvel. Apesar de ele valer para qualquer tipo de imóvel, ele acabará beneficiando os residenciais mais baratos, por, proporcionalmente, poder abater grande parte da base de cálculo do IVA.

"Função do redutor social é tornar o sistema mais progressivo, reduzindo custo de imóveis populares", disse Appy, segundo quem, em razão da aplicação de todos os redutores, poderá haver casos em que o imposto nem incidirá.

"Efeito final vai dar um imposto zero. Provavelmente vai ter crédito a recuperar, que poderá usar em outros empreendimentos. Estou reduzindo o custo dos imóveis populares, e aumentando um pouco o custo de imóveis de alto padrão", afirmou o secretário, lembrando ainda que haverá um Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB) que consolidará, em plataforma única, os dados dos imóveis.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE



Govorno do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social
Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607
Balauço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2023



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria ficará à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos julgados necessários, estando à disposição, também, para exames dos Senhores Acionistas na íntegra, o Relatório de Diretoria e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em Milhares de Reais)			
ATIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	4.741	4.575
Créditos a Receber			
Contas a Receber	05	9.801	6.883
Cessão de Servidores	06	1.825	1.887
(-)Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	06	(1.213)	(1.213)
Adiantamentos a Empregados		472	389
Indenizações de Seguro Habitacional a Receber	07	146.001	136.558
Cotas Financeiras a Receber	08	12.450	20.162
Outros Recebíveis	09	48	48
Empréstimos e Financiamentos	10	175.067	172.974
Outros Depósitos	11	1.322	1.322
Estoques	3.04	123	121
Devedores por Responsabilidade		153	153
Total do Ativo Circulante		350.790	343.859
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Recursos a Receber do Estado		559	559
Vendas Compromissadas	15	11.822	11.974
FCVS a Receber	16	421.801	420.422
Imóveis para Venda	NEII	56.399	56.399
Recursos Vinculados - Depósitos Judiciais	17	12.473	12.473
Total do Realizável a Longo Prazo		503.054	501.827
Investimentos	12	38	38
Imobilizado	13	679	858
Intangível	14	35	15
Total do Ativo Não Circulante		503.806	502.738
TOTAL DO ATIVO		854.596	846.597

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em Milhares de Reais)			
PASSIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores a Pagar	18	3.952	11.447
Pessoal a Pagar		8.821	9.048
Pensão Alimentícia		4	4
Encargos Sociais a Recolher		172	262
INSS a Recolher		5.480	5.605
IRRF a Recolher		2.276	167
Impostos e Contribuições		2.640	1.864
Outras Obrigações	21	7.032	6.535
Dívidas Assumidas pelo Estado (Curto Prazo)		5	5
Seguros a Pagar	19	239.187	227.375
FCVS a Pagar	20	44.964	42.477
Total do Passivo Circulante		314.533	304.789
NÃO CIRCULANTE			
Outras Obrigações - Parcelamento PERT (REFIS IV)	21	8.393	10.640
Dívidas Assumidas pelo Estado	22	370.249	363.965
Provisões - Indenizações Trabalhistas	24	45.113	45.113
Outras Provisões	24	9.155	9.155
Total do Passivo Não Circulante		432.910	428.873
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	25	242.168	242.168
Reservas de Reavaliação		28.478	28.478
Prejuízos Acumulados	26	(163.493)	(157.711)
Total do Patrimônio Líquido		107.153	112.935
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		854.596	846.597

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 (Em Milhares de Reais)			
	Nota	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receitas Governamentais	DR-1	567.889	551.499
Receitas de Comercialização e Administração de Créditos	DR-2	15.422	13.754
(-) CUSTOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(412.341)	(447.202)
De Produção	DR-4	(412.341)	(447.202)
De Comercialização e Administração de Créditos	DR-5	-	-
(=) Lucro/Prejuízo Bruto		170.970	118.051
Receitas (Despesas) Operacionais			
Pessoal e Encargos	DR-6	(68.648)	(61.791)
Despesas com Materiais	DR-7	(56)	(37)
Despesas de Serviços	DR-8	(31.316)	(27.561)
Despesas Tributárias	DR-9	(2.733)	(2.252)
Resultado Financeiro Líquido		(2.487)	(2.339)
Despesas Financeiras	DR-10	(2.487)	(2.339)
Receitas Financeiras	DR-3	-	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL		65.730	24.071
Outras Receitas / Despesas Operacionais	DR-11	(71.438)	(28.961)
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(5.708)	(4.890)
Prejuízo por Ação		(0.0000)	(0.0000)

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - MÉTODO INDIRETO (Em Milhares de Reais)		
	2023	2022
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Exercício	(5.708)	(4.890)
Ajustes:		
Ajuste de Exercícios Anteriores	(74)	(41)
Depreciação e Amortização	205	207
Atualização de Dívidas	7.577	7.310
Atualização Monetária e Multas sobre Empréstimos com Mutuários	(2.933)	(1.125)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(933)	1.461
Créditos a Receber	(5.056)	1.607
Estoques	(2)	3
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(5.058)	1.610
Fornecedores	(7.495)	(16.641)
Obrigações Sociais e Tributárias	2.442	2.820
Outras Contas a Pagar	11.392	11.055
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(135)	(105)
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	6.204	(2.871)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	213	200
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento/Baixa de Ativo Imobilizado	(12)	49
Aumento de Ativo Intangível	(35)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(47)	49
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	166	249
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4.575	4.327
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4.741	4.575

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em Milhares de Reais)							
	Capital Social	Doações Subvenções	Reserva Legal	Reserva de Reavaliação	Dividendos Não distribuídos	Lucro (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2021	242.168	-	-	28.478	-	(152.780)	117.866
Ajuste de Exercícios Anteriores						(41)	(41)
Ingresso						-	-
Lucro ou Prejuízo do Exercício						(4.890)	(4.890)
Em 31 de dezembro de 2022	242.168	-	-	28.478	-	(157.711)	112.935
Ajuste de Exercícios Anteriores						(74)	(74)
Ingresso						-	-
Lucro ou Prejuízo do Exercício						(5.708)	(5.708)
Em 31 de dezembro de 2023	242.168	-	-	28.478	-	(163.493)	107.153

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
Em Milhares de Reais

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 - ATUAL - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro - CEHAB - RJ é uma sociedade anônima de economia mista, órgão da administração indireta do Estado do Rio de Janeiro, criada pela Lei Estadual nº 263, de 24 de dezembro de 1962, com a denominação social de Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara - COHAB - GB. Em 1975, por força dos artigos 5, 6, 7 e 8 do Decreto Lei Estadual nº 39, de 24/03/1975, a COHAB-GB incorporou a Companhia de Habitação Popular do Estado do Rio de Janeiro - COHAB-RJ, alterando, por consequência, a sua razão social para Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro - CEHAB-RJ, que permanece até esta data.

A CEHAB tem como objetivo:

- I - Prover o direito à moradia adequada de interesse social nas áreas urbanas e rural do Estado do Rio de Janeiro;
- II - Planejamento global e setorial, produção e comercialização de unidades habitacionais de interesse social, obedecendo os critérios e normas estabelecidas pelo Governo do Estado e pela legislação federal;
- III - Aquisição, urbanização e venda de terrenos;
- IV - Exercício de atividades de construção civil, para si ou para terceiros;
- V - Apoio a programas e projetos de desenvolvimento comunitários;
- VI - Atuar como agente financeiro e promotor do Sistema Financeiro da Habitação, ou outro que o substitua, em todo território do Estado do Rio de Janeiro;
- VII - Recuperações e infraestrutura no âmbito de áreas deterioradas no Estado do Rio de Janeiro.

1.2 - NOVO CONTEXTO OPERACIONAL

1.2.1 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

Em abril de 2021, a CEHAB iniciou o exercício de Planejamento Estratégico envolvendo a Alta Administração e Gestores de todas as Áreas Finalísticas e de Suporte, dando forma e personalidade à empresa, distinguindo-a de seus competidores. Definindo a sua identidade estratégica e assim, apresentando o que a Companhia almeja ser ou onde pretende chegar. Iniciando-se, desta forma, a implantação do Plano de Ação, para atingimento dos objetivos atuais e futuros, conforme segue.

Negócio da CEHAB-RJ: Habitar com bem-estar social.

Visão da CEHAB-RJ 2030: Ser reconhecida, nacionalmente, como a melhor Companhia de habitação com bem-estar social, buscando reduzir o déficit habitacional, de forma sustentável.

Missão da CEHAB-RJ: Oferecer as melhores soluções em habitação, com compromisso social e sustentável.

Valores da CEHAB-RJ:

Persistência em criar o futuro.
Interlocução e interação nas áreas de interesse social.
Compromisso com a mudança e a inovação.
Foco na qualidade das produções habitacionais.
Responsabilidade socioambiental continuada.

1.2.2 - GOVERNANÇA CORPORATIVA, GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

Ante a necessidade obrigatória de adequar a CEHAB-RJ, sociedade anônima de economia mista, de atender aos dispostos da Lei 13.303/16 - Lei das Estatais, regulamentada pelo Decreto 46.188/2017, foi instituído pela Portaria 138 de 2021 um Grupo de Trabalho tendo como objetivo preponderante, estudo de instrumentos que viabilizem as adequações legais, ainda pendentes, com destaque na regulamentação relativa às práticas de Governança Corporativa, Gestão de Riscos e "Compliance" - GRC e efetivo cumprimento do Objeto Social.

Este GT GRC, concluiu cinco fases entre 7 fases planejadas, para decisão da Alta Administração, quais sejam:

1. Mapeamento da lei 13.303/2016 e Decreto 46.188/2017 e
2. Proposta de Redesenho de Organograma e Estruturação Organizacional do GRC.

Considerando que as sete fases do trabalho são:

1. Mapeamento da lei 13.303/2016 e Decreto 46.188/2017;
2. Proposta de Redesenho de Organograma e Estruturação Organizacional do GRC;
3. Redesenho de Organograma Detalhado e Regimento Interno;
4. Matriz de Risco a partir do Plano de Negócios;
5. Redesenho dos Processos e Fluxo Integrado - validando a proposta da fase 2
6. Matriz SWOT e
7. Entrega do Relatório Final com a implantação da área da GRC.

No final do exercício de 2022, a CEHAB-RJ, concluiu o seu Plano de Negócios, o que servirá de norte às novas Políticas de Habitação Social que deverão ser definidas e priorizadas no Governo do Estado com atuação da



Govorno do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social
Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607
Balauço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2023



Nova Secretaria de Habitação, criada na estrutura no novo Governo.

No presente momento, com a parceria da SEPLAG, através da Equipe da Subsecretaria de Gestão e Modernização - SUMOB, Superintendência de Simplificação de Processos e Serviços - SPSIMP, via Coordenação do Escritório de Processos e Inovação - EPERJ, para promover a reformulação geral de todos os processos finalísticos e de suporte, de forma moderna e inovadora, e mais a Revisão do Estatuto e Regimento Interno, com a participação dos 40 multiplicadores empregados da Cia. O resultado deste trabalho será a base para estabelecer os controles interno, um dos pilares da GRC.

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e está se adaptando aos reflexos produzidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, para reconhecimento em sua integralidade, bem como pela Lei 13.303/16 - Que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, sociedade de economia mista e decreto estadual 46.188/17 que o regulamenta no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.01 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balauço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.02 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários de livre movimentação, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, pertencentes a terceiros, oriundas de cauções e retenções contratuais, com o objetivo de garantir a integridade do contrato e valores à Disposição do Tesouro do Estado, oriundos de recursos próprios - Fonte 230.

• Bancos Conta Movimento e Vinculada a Convênios

Refere-se aos pagamentos das obrigações contraídas pela CEHAB-RJ para o desenvolvimento de suas atividades, custeados pelo Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, em obediência ao Orçamento Estadual, e em conformidade com a decisão do Governo do Estado. Àquelas obrigações relativas a investimentos em obras foram custeadas com a participação do Estado, através do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS.

• Aplicações Financeiras

Referem-se às aplicações financeiras dos recursos de terceiros, relativas a retenções contratuais sobre faturamentos de obras, contratos, em sua grande maioria anterior a 2001.

• Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

Conta que substituiu a antiga Conta Depósitos à Disposição no Tesouro, relativa aos valores recebidos pela Companhia - Fontes Própria/Estado e depositados no Tesouro Estadual, oriundos de arrecadação de mutuários, de recursos de terceiros relativos às retenções contratuais de obras em espécie, acrescentando-se os recursos de obras do FEHIS de responsabilidade exclusiva do Estado, aplicados em Recuperação de Conjuntos Habitacionais, Construção e Urbanização.

3.03 Prestações a Receber

Corresponde, no Ativo Circulante, ao valor das prestações mensais vencidas e não pagas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB - RJ, os demais valores referentes ao saldo devedor.

As prestações a receber de mutuários, inicialmente, são reconhecidas pelo valor do contrato de financiamento. Os trabalhos de depuração dos contratos de financiamentos, continuam sendo desenvolvidos na empresa, objetivando a correção de distorções na Carteira Imobiliária, e consequentemente a apuração das diferenças e seus reflexos serão objeto a posteriori de ajustes contábeis e de valor justo, vide Nota 22.

3.04 Estoques

Os estoques foram valorados ao custo de aquisição.

3.05 Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

3.06 Imóveis para Venda

Referem-se ao estoque de unidades habitacionais destinadas à venda ou para inserção em Programas de Interesses Sociais em atendimento a população de baixa renda.

3.07 Investimentos

Os investimentos avaliados pelo método de custo estão apresentados ao custo de aquisição.

3.08 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição deduzido das depreciações que são calculadas com base no método linear e avaliação, conforme legislação vigente, vide Nota 13.

3.09 Fornecedores a Pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de contrato.

3.10 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

Outros passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata die".

3.11 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. Porém no exercício de 2022, em função da Rotina estabelecida no SIAFE-RIO, as Despesas de Exercícios Anteriores Pagas foram contabilizadas no Resultado de Exercícios Anteriores (Patrimônio Líquido).

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Banco conta movimento	363	363
Aplicações financeiras	130	122
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	4.248	4.090
	4.741	4.575

4.2 O Saldo das Aplicações Financeiras correspondem as Contas de Poupança, relativas a retenções contratuais, anteriores a 2001, cujos valores foram parte bloqueados para depósitos judiciais.

4.3 O Saldo da Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, corresponde basicamente, à indenização por desapropriação de imóvel na Av. dos Campeões, em 2017, no valor de R\$ 3,256 milhões, que sofreu arresto judicial, tendo como consequência a não quitação de diversos compromissos com fornecedores de serviços, bem como valores não utilizados no Exercício Fonte 230.

	2023	2022
Fonte 081 Recursos Não Orçamentários- Rec. Terceiros	147	147
Fonte 100 Recursos do Estado - Provenientes de Impostos	9	8
Fonte 230 Recursos Próprios - Arrecadação	836	679
Fonte 233 Recursos Próprios - Alienação de Bens	3.256	3.256
	4.248	4.090

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

	2023	2022
Aluguéis a Receber	9.801	6.883
	9.801	6.883

Referem-se a prestação do aluguel de março/2020 a dezembro/2023 de um terreno locado a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, cujo vencimento é no dia 10 do mês subsequente. A pendência está sendo tratada pelo SEI-170029/000340/2020 e SEI-170029/000044/2022. Os referidos valores se constituem em penhoras judiciais no processo nº 0113000-33.1995.5.01.0023

NOTA 6 – CESSÃO DE SERVIDORES

Referem-se aos funcionários da CEHAB-RJ, à disposição de órgãos municipais, estaduais e federais, sem ônus para o Estado, cujo ressarcimento é efetuado pelos órgãos requisitantes. No exercício de 2014 foi constituída a "Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa", tendo em vista que ao longo de todos esses anos de cobrança administrativa não logrou êxito suficiente. Os demais créditos vêm sendo ressarcidos, via emissão de Guia de Recolhimento do Estado - GRE.

	2023	2022
Cessão de Servidores	1.825	1.887
(-) Prov. pl Cred. Liq. Duvidosa	(1.213)	(1.213)
	612	674

NOTA 7 – INDENIZAÇÕES DE SEGURO HABITACIONAL A RECEBER

	2023	2022
Indenizações a Receber	146.001	136.558
	146.001	136.558

Referem-se às indenizações repesadas pelas Companhias de Seguro Habitacional, correspondentes aos sinistros por morte ou invalidez permanente ocorridos de 1989 até 31 de dezembro de 2023.

As tratativas entre as partes interessadas estão em andamento, face às divergências entre débitos (Prêmios de Seguros a Pagar) e créditos, que estão sendo apurados, para questionamento com a CAIXA e a consequente negociação - encontro de contas com os Prêmios de Seguros em Atraso e pagamento, vide Nota 16.

	2023	2022
Indenizações a Receber	146.001	136.558
Seguro a Pagar-Financiamento	239.187	227.375
Diferença	-93.186	-90.817

NOTA 8 – COTAS FINANCEIRAS A RECEBER

	2023	2022
Cotas Financeiras a Receber	12.450	20.162

Referem-se a valores a serem liberados pelo Governo do Estado de compromissos assumidos no exercício de 2023 e anteriores.

NOTA 9 - OUTROS RECEBÍVEIS

	2023	2022
Taxas e Multas a Receber	14	14
Demais Créditos a Receber	34	34
Outros Valores em Trânsito	-	-
	48	48

Refere-se a valores de recebíveis de multa aplicada em contratos de obras e outros em trânsito.

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (PRESTAÇÕES A RECEBER)

	2023	2022
Financiamentos Concedidos	80.238	80.228
Seguros a Faturar	5.002	4.474
FCVS a Faturar	(56)	(56)
Financiamentos Repassados RIO-URBE	89.883	88.328
	175.067	172.974

Correspondem, ao valor das prestações mensais vencidas e não pagas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB - RJ, dos seus acessórios de seguro habitacional e FCVS, vide Nota 22. O outro valor de relevância neste grupo de contas, refere-se ao financiamento repassado a RIO-URBE, relativos aos empreendimentos Bangu I e Bangu II, cujas prestações dos contratos estão vencidas e não pagas, com taxa de juros de 9% a.a. Nos exercícios de 2017 e 2018, em operação conjunta entre a CEHAB e a antiga Secretaria de Obras e Habitação - SEOBRAS, foram feitas tratativas para a Cobrança da Dívida, daquela empresa com a CEHAB-RJ, bem como ajustes de valores nos contratos respectivos. Sem lograr êxito nas negociações, a empresa impetrou ação judicial sob o nº 0321100-03.2018.8.19.0001 estando em curso a promoção de ação civil contra a RIO-URBE. Em 2022 a atual gestão, reatou as tratativas administrativas com a RIO-URBE sem resultados positivos, o que em Ata da 985ª Reunião Ordinária da Diretoria, ficou decidido pelo Colegiado proceder tratativas políticas, junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de negociações que garantam o equilíbrio patrimonial da Companhia. Nesse valor contábil não estão ainda considerados os juros de mora.

NOTA 11 - OUTROS DEPÓSITOS

Referem-se aos valores bloqueados judicialmente em contas correntes e de poupança da CEHAB-RJ e de terceiros.

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

Referem-se às participações da CEHAB-RJ no capital de empresas do Estado e Concessionária de Serviços Públicos.

NOTA 13 – IMOBILIZADO

	2023		2022	
Discriminação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Aquisições	Valor residual
Bens Imóveis	535	(447)	-	88
Bens Móveis	1.997	(1.227)	12	591
TOTAL	2.532	(1.674)	12	858

A taxa de depreciação para bens móveis é de 10% a.a.

NOTA 14 – INTANGÍVEL

Refere-se às aquisições de SOFTWARE, efetuadas em exercício anterior, para o desenvolvimento das atividades da empresa.

NOTA 15 - DEVEDORES POR VENDAS COMPROMISSADAS

Correspondem as prestações vincendas dos contratos de financiamentos concedidos a mutuários da CEHAB-RJ. Os valores, ainda não estão, totalmente, conciliados. Estes contratos, encontram-se em fase de depuração, visando a apuração de diferenças e os consequentes ajustes contábeis. Vide Nota 22.

NOTA 16 - FCVS A RECEBER

Referem-se a contratos de financiamentos concedidos aos mutuários com cláusulas de cobertura do FCVS que tiveram seus respectivos prazos contratuais encerrados e que estão em processo de habilitação, análise e homologação, junto à Administradora do FCVS/CAIXA, cuja situação da documentação encontra-se em análise e reprocessamento, em 31/12/2023 e na CEHAB-RJ. Em função da depuração dos contratos e ajustes no Sistema, os valores do Balauço deverão ser ajustados com os da CAIXA, após todas as etapas de análise final das habilitações, dos recursos e da auditoria. Assim será possível compatibilizar os saldos com os contábeis, ambos sofrerão ajustes, conforme se segue:

	2023	2022
Habilitados c/ RCV homologados c/ valor	27.318	25.939
Auditados	27.318	25.939
Não auditados	-	-
Encerrados e Liquidados	-	-
Habilitados em análise na CAIXA	368.845	368.845
A habilitar	25.638	25.638
	421.801	420.422

A Diretoria Executiva através da Ata 971ª Reunião, aprovou a contratação de Auditoria Independente objetivando propiciar o equacionamento de pendências relacionadas a realização de direitos creditórios dos contratos com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), decisão está referendada pelos Conselhos Fiscal e de Administração, através das Atas 574ª e 353ª respectivamente. Porém foram cumpridas duas etapas do projeto contratado o que culminou em aproximadamente, 30 mil dossiês digitalizados, facilitando o trabalho contínuo que a CEHAB tem, junto à CAIXA. As 3ª e 4ª etapas, não foram realizadas, conforme o definido no Edital e a Companhia optou por prosseguir na habilitação de novos contratos e depuração dos atuais contratados e habilitados.

NOTA 17 - RECURSOS VINCULADOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se aos depósitos judiciais recursais, que, atualmente, encontra-se em fase de pesquisa e análise contábil, para futura conciliação com a Coordenadoria Jurídica.

	2023	2022
Recursos Vinculados	12.473	12.473

NOTA 18 - FORNECEDORES A PAGAR

Face a promulgação do Decreto 45.692/2016 e, atualmente, a Lei 5.273/21, que tratam da situação de calamidade pública e falimentar do ESTADO e a sua Recuperação Fiscal.

	2023	2022
Restos a Pagar	407	8.246
Demais	3.545	3.201
	3.952	11.447

NOTA 19 – SEGUROS A PAGAR

	2023	2022
Seguros a Pagar	239.187	227.375

Referem-se aos valores constantes das faturas emitidas pelas Companhias Seguradoras relativas aos prêmios do seguro habitacional de cada unidade comercializada pela CEHAB-RJ.

As Indenizações de Sinistros Repesadas serão objeto de encontro de contas com os Prêmios de Seguros em Atraso. Os pagamentos mensais dos prêmios faturados de 2001 a 2010, estão suspensos, fazem parte do estudo, ora desenvolvido e aprovado, quanto ao parcelamento com a CAIXA e a CEHAB-RJ, enquanto as dívidas até 2000, poderão ser quitadas com Recursos a Receber do FCVS, quando da novação das dívidas, vide Nota 16.

NOTA 20 – FCVS A PAGAR

	2023	2022
Mensal	506	110
Trimestral	44.341	41.902
Sifcvs/Recursos	117	465
	44.964	42.477



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social
Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
CNPJ 33.525.221/0001-32 - Inscrição Estadual 75.866.607
Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2023

**20.1 Trimestral**

Contribuição trimestral dos agentes financeiros sobre os saldos devedores dos contratos de financiamentos com cobertura do FCVS, a partir de 4º trim. /1984 até o 4º trim. /2000. Os custos incidentes trimestrais sobre a dívida são: mora 0,033 ao dia e multa de 2% a.m, cumulativamente. As cobranças foram encerradas com a edição da Lei 10.150/2000. Não ocorreu nenhuma Contribuição Trimestral até a presente data, vide Nota 16.

20.2 Mensal

Contribuição mensal de 3% sobre (A+J) das prestações dos mutuários. Existe uma diferença de dívida, relativas as Contribuições Mensais ao FCVS, relativos aos exercícios de 1991 a jun/2005, meses intercalados. Os custos incidentes mensais sobre a dívida são: mora 0,033 % ao dia e multa de 2% a.m, cumulativamente, vide Nota 16.

20.3 Multa por Não Apresentação de Recursos

A medida que os agentes financeiros perdem seus prazos para recursos exigidos de documentação e informações, relativos aos contratos com cláusula de FCVS habilitados e em fase de análise da documentação, é cobrada multa mensal de R\$ 0,38 + TR sobre cada contrato de financiamento, que vai se acumulando, assim se constituindo em dívidas financeiras, vide Nota 16.

NOTA 21 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos valores de contribuições e tributos, correspondentes a ADESAO ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, ocorrido em 2017

NOTA 22 – DÍVIDAS ASSUMIDAS PELO ESTADO

	2023	2022
Não Circulante	370.249	363.965

Contrato de Confissão, Assunção e Ressarcimento de Dívida, com base na Lei Estadual nº 2.002, de 05 de maio de 1992, firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB - RJ, através do qual essa Companhia se comprometeu a entregar ao Estado, como forma de ressarcimento, o somatório das receitas recebidas da totalidade de seus mutuários, corrigida mensalmente pela UPR.

Face aplicação da Lei Estadual 4.512/2005, que permitiu a quitação das prestações dos mutuários do SFH com cláusulas contratuais de FCVS, sem a devida alteração neste contrato, houve um enorme desequilíbrio no ATIVO e uma total incapacidade de quitação do PASSIVO. Assim em 2018 o Estado do Rio de Janeiro, promoveu uma capitalização no mesmo valor da quitação do Ativo. O mesmo está sendo solicitado, atualmente para o restante do saldo (SEI 170029/001137/2022).

NOTA 23 – PROCEDIMENTO DA RFB

Em 22 de dezembro de 2012, foi lavrado o Procedimento Fiscal nº 07110800.2010.01301, Processo 12448.731.339-2012-23, pela Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, contendo 04 (quatro) tributos, correspondentes ao Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido; Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social e Contribuição Para o PIS/PASEP, referente à data-base de 31 de dezembro de 2008. O presente Auto de Infração resultou na constituição de créditos tributários pela DRF nos seguintes valores:

Tributos	2023	2022	2012
IRPJ - Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica	11.785	11.069	5.456
CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	4.282	4.022	1.982
COFINS - Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social	23.098	21.725	10.785
PIS - Contribuição Para o PIS/PASEP	5.015	4.717	2.341
TOTAL	44.180	41.533	20.564

A CEHAB ajuizou, na 1ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro - Ação Anulatória com tutela de Urgência de Débito Fiscal por dependência à Execução Fiscal 0162475-69.2016.4.02.5101, alegando prescrição das Certidões de Dívida Ativa, sendo em 2021, concedida sentença dando como parcialmente procedente apenas para decretar a nulidade do pedido, relativo aos tributos de COFINS e PIS/PASEP no montante de R\$ 28.113 (vinte e oito milhões e cento e treze mil) - DAs nºs 70716004910700 (PIS) e 7061601797620 (COFINS). Restando em recurso pela nulidade também dos débitos relativos ao IRPJ e a CSLL.

NOTA 24 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Referem-se a provisões para indenizações trabalhistas R\$ 45.113 milhões e provisões para causas cíveis R\$ 9.155 milhões. Conforme informações recebidas da Coordenadoria Jurídica da Entidade em 30 de dezembro de 2013, os processos trabalhistas identificados e quantificados deduzidos das reversões ocorridas em 2015 até 31/12/2023 totalizam o seguinte montante:

Contingências Trabalhistas	R\$
Provável	45.113
Possível	174
Total	45.287

Salienta-se que o valor informado pela Coordenadoria Jurídica não representa a totalidade dos processos trabalhistas existentes, mas, tão somente aqueles conciliados, identificados e quantificados no exercício de 2013. No momento, estão sendo efetuados os levantamentos de todas as ações entre a Coordenadoria Jurídica da CEHAB e a Procuradoria Geral do Estado e Judiciário, no sentido de atualizar e mensurar as principais demandas coletivas.

Há que se ressaltar, que as demandas do dissídio 2007 e 2008, estão sendo tratadas em ações de conciliações individuais, resultando em êxito financeiro para a CEHAB-RJ, e os recursos para pagamento serão disponibilizados pelo ESTADO, através de Requisições de Pequeno Valor - RPV e Precatórios, em andamento na Justiça Trabalhista e as demais demandas, sem efeito no Balanço da CEHAB-RJ.

As provisões para Contingências Cíveis estão sendo elaboradas e mensuradas, pela atual Coordenadoria Jurídica da CEHAB-RJ, portanto, não há como atestar que os valores provisionados contabilmente são suficientes para cobrir eventuais perdas com estes processos.

NOTA 25 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia é representado por 3.339.375.679 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizado, sendo o Governo do Estado do Rio de Janeiro o acionista majoritário.

NOTA 26 – PREJUÍZOS ACUMULADOS

	Resultado Exercício Societário
Prejuízo Acumulado Exercícios Anteriores	(157.711)
Ajustes de Exercícios Anteriores a 2023	(74)
Prejuízo do Exercício de 2023	(5.708)
Prejuízo Acumulado 2023	(163.493)

NOTA 27 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ABRANGENTE

A Companhia elaborou sua Demonstração de Resultados de forma a abranger todas as suas operações normais bem como as eventuais e atípicas, de forma a dispensar a elaboração de demonstração, em separado. As Demonstrações Contábeis da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2023, serão apreciadas pelos membros do Conselho de Administração.

NOTA 28 – FATOR RELEVANTE

O quadro abaixo apresenta os itens que geraram o impacto no Resultado do Exercício

IMPACTO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO – QUADRO I

	2023	2022
Ass. Dívida	(6.405)	(6.018)
Seg. a Pagar	(11.276)	(10.718)
Despesa Sem Prévio Empenho	-	-
FCVS a Pagar	(2.487)	(2.339)
Atualização /Ajuste Cons. PERT	(1.158)	(1.292)
Baixa de RCV	-	-
Liberação Depósito Judicial	-	-
Receita – RCV	1.379	1.125
Receita Ind. a Receber	9.443	8.301
Receita Aluguel PUC/ Arrecadação	2.918	2.816
Atualização Depósito Judicial	-	-
Encargos RioUrbe	1.555	1.460
Cancelamento de Restos a Pagar	-	-
Demais Receitas e Despesas	323	1.775
Impacto Anual	(5.708)	(4.890)

NOTAS ESPECIAIS**I) Exigibilidades Contingentes**

Existem contingências de natureza passiva nas áreas trabalhistas, cível e tributária de estimativa elevada que afetam a posição patrimonial da Empresa, porém ainda não foi possível a total mensuração pelo setor jurídico. Por outro lado, existem valores de dívidas de mutuários com IPTU em diversas Prefeituras do Estado, cujas cobranças estão sendo aplicadas à CEHAB-RJ, por solidariedade, e ainda não foi possível a mensuração total desses valores. Estas dívidas vem sendo judicializadas com ganhos da Companhia, suspensos provisoriamente até parecer final do STF, baseado na imunidade recíproca. O Capital Social da Companhia se compõe de 99,97% Estado e Município 0,03. Apenas 290 ações são de capital privado em um contexto de 3.339.375.679 (três bilhões, trezentos e trinta e nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e nove) de ações.

II) Bens Imóveis para Vendas

O módulo de Cadastro Imobiliário faz parte do Sistema Integrado de Gestão Imobiliária – SIGI e está sendo desenvolvido e depurado pela CEHAB-RJ, pela Diretoria de Operações Imobiliárias, quando então será possível a realização de ajuste operacional e contábil.

III) Adesão a Lei 11.941/09 - REFIS e Lei 13.496/17 - PERT

Em junho de 2011 foi efetivada a adesão a Lei. 11.941/09 com o parcelamento de até 180 cotas, cujos reflexos contábeis, vêm ocorrendo nas Contas do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante e na Conta de Resultados com dotações orçamentárias na Fonte 100. Em agosto de 2017 a CEHAB fez adesão a Lei 13.496/17 – PERT, cujas quitações vêm sendo garantidas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo o valor da dívida em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 11.642 milhões de reais.

IV) Adoção das Novas Normas Contábeis

A CEHAB-RJ sempre buscou atender as práticas contábeis adotadas no Brasil e inclusive, com ênfase aos CPC's editados, no entanto, face ao grau de complexidade na aplicação de certos itens das normas, a empresa pretende atendê-los de forma fidedigna no decorrer dos exercícios subsequentes. Abaixo apresentamos os assuntos importantes de Contabilidade e Auditoria que pretendemos implementar na Empresa.

CPC 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A CEHAB-RJ, através da Portaria 122 de 25/11/2015, providenciou os cálculos dos procedimentos de teste de impairment. Este trabalho foi concluído em 2016 e registrado em início 2017 e será continuado em cada exercício dos anos subsequentes, sempre no mesmo período, visando os ajustes contábeis necessários e face ao Manual de Ajustes e Depreciação dos Bens Móveis, elaborado pela Contadoria do Estado.

CPC 03 (R2) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Desde a vigência da Lei 11.638/07 a CEHAB tem adotado essa demonstração.

CPC 04 – ATIVO INTANGÍVEL

A Companhia desenvolveu sistema informatizado próprio e encontra-se em pleno funcionamento.

CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos não circulantes estão sendo apresentados pelos valores presentes de realização.

CPC 16 - ESTOQUES

Os estoques estão registrados pelo seu valor original, sem que se tenha estimada a probabilidade de perda com os mesmos.

CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões não estão em conformidade a esse pronunciamento, conforme nota explicativa 24.

CPC 26 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Já foram concluídos os trabalhos e adequação às normas internacionais deste pronunciamento, apresentando o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO

Conforme mencionado no CPC 01, após diagnóstico do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 103 de 30 de dezembro de 2014, foram efetuados os ajustes necessários para em observância a esta norma, em nov/ 2017.

OBSERVAÇÃO: A presente numeração das Notas Explicativas, que de NOTA 1 a 28 mais as NOTAS ESPECIAIS de I a IV, refere-se, exclusivamente, às Demonstrações Contábeis do exercício de 2023 a disposição dos interessados da informação contábil em atendimento à legislação pertinente.

Reginaldo Jardim Ferreira
Diretor Presidente
CPF 713.610.657-53

Guilherme Martins Bencardino
Diretor Vice-Presidente
CPF 109.546.637-21

Flávio Abner-Cahn Alvarenga Brazão
Diretor de Administração e Finanças
CPF 127.706.417-27

Paulo Vinicius Rocha de Oliveira
Diretor de Projetos e Obras
CPF 120.751.647-38

Luciano Castilho Graciano
Diretor de Operações Imobiliárias
CPF 053.933.067-17

Maicon Rego Paim
Contador - CRC-RJ 112588/O-4
CPF 109.500.247-32

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Diretoria da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ), que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as leis vigentes, exceto quanto aos eventos relacionados aos valores de direitos do FCVS, do Imobilizado e Provisões Judiciais Contingentes, inexistência adequada de solução para a situação dos empregados efetivos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CEHAB-RJ, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião **COM RESSALVA**.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

Obtivemos todas as outras informações antes da data do seu relatório e identificamos distorção relevante nas outras informações, sendo destaques os valores apresentados como direitos do FCVS, do Imobilizado e Provisões Judiciais Contingentes, inexistência adequada de solução para a situação dos empregados efetivos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CEHAB-RJ continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da CEHAB-RJ são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas em relação à capacidade de continuidade operacional da CEHAB, exceto aos pontos elencados pela ressalva.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Coronel Fabriciano, 05 de abril de 2024.

Lage & Lage Auditores
e Consultores Associados - EPP
CRC nº: MG-005916/O-0

Walmir Moreira Lage
CRC nº: MG-057671/O-6
CNAI nº. 3979

WINDSOR ADMINISTRAÇÃO DE HOTÉIS E SERVIÇOS S/A

CNPJ: 10.348.318/0001-11- NIRE: 3320820310-6

Balço Patrimonial		2023	2022	Salários		8.390.105,55	6.513.689,84	Mercadorias - A&B	97.841.709,88	83.669.399,37
Ativo		824.836.833,84	429.671.581,58	Encargos Sociais		4.849.369,90	3.865.161,61	(+) Deduções Receita Bruta Mercadorias A&B	(2.493.952,36)	(3.134.684,93)
Ativo Circulante		734.024.994,71	321.217.798,82	Provisões Trabalhistas		14.221.852,32	11.899.509,19	ICMS	(2.492.005,96)	(2.131.153,41)
Disponibilidades		13.455.496,49	14.381.714,16	Impostos e Contrib. a Recolher		5.466.427,22	6.837.239,94	Pis s/ Venda Mercadorias - A&B	(347,19)	(177.545,10)
Caixa		-	671.027,86	Impostos e Contrib. s/ Faturamento		3.492.631,50	5.379.950,54	Colins s/ Venda Mercadorias - A&B	(1.599,21)	(625.996,42)
Numerario em Transit		-	-	Imposto de Renda Retido na Fonte		1.568.491,24	1.090.836,11	(+) Custos Serviços e Mercadorias	(80.175.434,15)	(73.246.777,67)
Fundo Fixo		291.787,84	275.193,39	Outros Impostos, Taxas e Contrib.		405.304,08	366.453,29	(-) Custos Serviços - Hospedagens	(27.418.418,38)	(25.483.691,65)
Bancos Conta Movimento		95.379,29	10.116.858,83	Empréstimos e Financiamentos - Circulante		423.763.760,91	160.909.192,68	(-) Custos Serviços - Garagem	(19.831.313,43)	(18.262.489,65)
Aplicacoes Liquidez Imediata		13.068.329,36	3.318.634,10	Empréstimos e Financiamentos		-	-	(-) Custos Serviços - Lavanderia	(667.199,71)	(677.159,39)
Direitos Realizáveis		454.728.795,05	210.995.722,94	Contas Correntes - Hotéis - Circulante		400.321.215,28	129.136.557,19	(-) Custos Serviços - Telefonia / Internet	(122.807,50)	(51.586,14)
Contas a Receber		9.363.788,75	14.966.362,17	Contratos de Mutuo - P Fisica - Circulante		5.347.595,74	5.347.595,74	(-) Custos Serviços - SPA	(1.192.249,59)	(1.507.863,95)
Cartões de Credito a Receber		34.056.360,13	34.330.813,94	Contrato de Mutuos - Outras Emp. - Circulante		18.094.949,89	26.426.039,75	(-) Custos Serviços - Outros	(5.604.848,15)	(4.984.596,52)
Títulos e Valores Mobiliários		7.277,59	14.189,80	Debitos Fiscais e Prev. Parcelados		3.031.200,12	1.416.748,44	(-) Custo de Mercadorias - A&B	(52.757.015,77)	(47.763.086,22)
Adiantamentos		2.966.553,42	15.028.405,18	Debitos Fiscais		3.031.200,12	1.416.748,44	(-) Custos Mercadorias - A&B	(52.757.015,77)	(47.763.086,22)
Impostos a Recuperar / Compensar		775.782,77	3.843.871,71	Debitos Federais/Estaduais/Municipais		71.307.598,20	82.712.908,03	Resultado Bruto das Operacoes	553.720.579,63	388.241.986,56
Cheques Em Cobranca		16.550,00	20.434,64	Passivo Nao Circulante		59.954.516,52	66.270.679,99	Receitas e Despesas Operacionais	(391.418.885,68)	(306.811.848,31)
Outros Créditos		5.565,03	-	Empréstimos e Financiamentos - Não Circul.		-	-	(+) Despesas Vendas	(33.392.422,91)	(20.490.955,31)
Contas Correntes - Hotéis - Circulante		406.514.761,22	142.114.119,51	Empréstimos e Financiamentos		59.954.516,52	65.870.679,99	(-) Despesas Comissões	(33.002.512,30)	(20.490.955,31)
Despesas Antecipadas		1.034.711,32	647.525,99	Adio P/Futuro Aum.capital		400.000,00	400.000,00	(-) Desp. Propaganda e Publicidade	(141.224,30)	(121.186,92)
Estoques		12.226.710,52	10.118.926,28	Debitos Fiscais e Prev. Parcelados		4.017.640,21	8.474.677,43	(-) Desp. Promocoes e Eventos	(13.673,26)	(32.394,82)
Mercadorias para Revenda		2.940.294,15	2.803.554,74	Debitos Fiscais		4.017.640,21	8.474.677,43	(-) Outras Despesas	(234.713,05)	(298.949,48)
Uso e Consumo		9.286.416,37	7.515.371,54	Debitos Fiscais		143.794,64	119.566,76	(+) Despesas Gerais e Administrativas	(359.649.187,51)	(287.494.220,19)
Mutuos - PF/Outras Empresas - Circulante		250.342.427,46	87.863.183,36	Debitos Fiscais		143.794,64	119.566,76	(-) Desp. Gerais e Administrativas	(24.054.843,89)	(22.392.570,68)
Contratos de Mutuos - Pessoa Fisica		859.450,00	859.450,00	Debitos Fiscais		7.191.646,83	7.191.646,83	(-) Desp. Manutencao	(18.663.834,44)	(16.653.523,74)
Contratos de Mutuos - Outras Empresas		249.482.977,46	87.003.733,36	Debitos Fiscais		-	-	(-) Despesas Bancarias	(5.356.627,39)	(296.758,90)
Valores a Classificar		2.572.081,14	2.517.589,05	Debitos Fiscais		-	-	(-) Despesas Pessoal	(155.681.196,77)	(125.189.190,88)
Valores a Classificar		2.572.081,14	2.517.589,05	Debitos Fiscais		-	-	(-) Despesas Tributarias	(1.763.039,06)	(1.963.633,90)
Contas Correntes - Matriz / Filiais - Transit.		699.484,05	4.659.336,99	Debitos Fiscais		-	-	(-) Depreciacao e Amortizacao	(19.024.682,51)	(13.329.501,66)
Transf. Numerarios		699.484,05	4.659.336,99	Debitos Fiscais		-	-	(-) Despesas com Imovel	(74.702.460,04)	(53.135.757,29)
Ativo Nao Circulante		91.811.839,09	208.453.782,76	Debitos Fiscais		-	-	(-) Despesas de Participacoes	(135.060,72)	-
Depositos e Outros Creditos		29.449.525,60	24.735.979,54	Debitos Fiscais		-	-	(-) Despesas Indivisuais	(60.861.442,69)	(54.533.278,15)
Depositos Judiciais		28.449.525,60	24.735.979,54	Debitos Fiscais		-	-	(+) Outras Receitas	1.622.724,74	1.625.888,41
Depositos Judiciais		27.900.436,53	23.186.860,57	Debitos Fiscais		-	-	(-) Locacao de Imoveis	47.850,00	75.214,00
Direitos Realizáveis		1.549.088,97	1.549.088,97	Debitos Fiscais		-	-	(-) Receitas de Participacoes	-	-
Investimentos		61.362.313,63	83.717.803,22	Debitos Fiscais		-	-	(-) Recuperacao de Despesas	-	38.129,50
Imobilizado		61.292.313,63	83.717.803,22	Debitos Fiscais		-	-	(+) Reversao de Despesas	-	-
Bens de Uso		122.589.163,92	127.963.052,26	Debitos Fiscais		-	-	(+) Outras Receitas	1.574.874,74	1.512.544,91
(-) Depreciacao		63.971.511,32	48.738.433,37	Debitos Fiscais		-	-	Resultado Antes Result. Financ. e dos Tributos s/ Renda	162.301.693,95	81.430.138,25
Obras em Andamento		2.674.661,03	4.493.184,36	Debitos Fiscais		-	-	(+) Resultado Financeiro	(11.119.856,02)	(10.943.524,88)
Intangivel		70.000,00	0,03	Debitos Fiscais		-	-	(+) Receitas Financeiras	587.305,17	842.317,67
Gastos Diferidos		70.000,00	0,03	Debitos Fiscais		-	-	Resultado Antes dos Tributos s/ Renda	(11.707.161,19)	(11.278.842,65)
(-) Amortizacao		-	-	Debitos Fiscais		-	-	(-) Impostos s/ Faturamento	151.181.837,93	70.993.613,37
Passivo		824.836.833,84	429.671.581,58	Debitos Fiscais		-	-	(-) Impostos Apurados - IRPJ	-	-
Passivo Circulante		588.087.747,34	310.419.499,39	Debitos Fiscais		-	-	(-) Impostos Apurados - CSSL	-	-
Contas a Pagar		129.375.010,72	118.977.957,67	Debitos Fiscais		-	-	Resultado Liquido do Periodo	151.181.837,93	70.993.613,37
Fornecedores		117.713.705,48	120.074.615,38	Debitos Fiscais		-	-			
Fornec. de Serv. Públicos		8.707.911,16	8.384.659,68	Debitos Fiscais		-	-			
Outras Contas a Pagar		6.302.012,21	4.217.224,27	Debitos Fiscais		-	-			
Obrigacoes Contratuais		73.937.371,73	66.574.499,92	Debitos Fiscais		-	-			
Adiantamentos Clientes - Depos Antecip.		21.094.911,34	27.726.958,39	Debitos Fiscais		-	-			
Dividendos a Pagar		7.559.091,90	-	Debitos Fiscais		-	-			
Obrigacoes Sociais e Trabalhistas		27.461.348,37	22.278.360,64	Debitos Fiscais		-	-			

CERVEJARIA CIDADE IMPERIAL S.A.

CNPJ nº 01.708.217/0001-13

Balço Patrimonial		2023	2022	Salários		8.390.105,55	6.513.689,84	Mercadorias - A&B	97.841.709,88	83.669.399,37
Ativo		824.836.833,84	429.671.581,58	Encargos Sociais		4.849.369,90	3.865.161,61	(+) Deduções Receita Bruta Mercadorias A&B	(2.493.952,36)	(3.134.684,93)
Ativo Circulante		734.024.994,71	321.217.798,82	Provisões Trabalhistas		14.221.852,32	11.899.509,19	ICMS	(2.492.005,96)	(2.131.153,41)
Disponibilidades		13.455.496,49	14.381.714,16	Impostos e Contrib. a Recolher		5.466.427,22	6.837.239,94	Pis s/ Venda Mercadorias - A&B	(347,19)	(177.545,10)
Caixa		-	671.027,86	Impostos e Contrib. s/ Faturamento		3.492.631,50	5.379.950,54	Colins s/ Venda Mercadorias - A&B	(1.599,21)	(625.996,42)
Numerario em Transit		-	-	Imposto de Renda Retido na Fonte		1.568.491,24	1.090.836,11	(+) Custos Serviços e Mercadorias	(80.175.434,15)	(73.246.777,67)
Fundo Fixo		291.787,84	275.193,39	Outros Impostos, Taxas e Contrib.		405.304,08	366.453,29	(-) Custos Serviços - Hospedagens	(27.418.418,38)	(25.483.691,65)
Bancos Conta Movimento		95.379,29	10.116.858,83	Empréstimos e Financiamentos - Circulante		423.763.760,91	160.909.192,68	(-) Custos Serviços - Garagem	(19.831.313,43)	(18.262.489,65)
Aplicacoes Liquidez Imediata		13.068.329,36	3.318.634,10	Empréstimos e Financiamentos		-	-	(-) Custos Serviços - Lavanderia	(667.199,71)	(677.159,39)
Direitos Realizáveis		454.728.795,05	210.995.722,94	Contas Correntes - Hotéis - Circulante		400.321.215,28	129.136.557,19	(-) Custos Serviços - Telefonia / Internet	(122.807,50)	(51.586,14)
Contas a Receber		9.363.788,75	14.966.362,17	Contratos de Mutuo - P Fisica - Circulante		5.347.595,74	5.347.595,74	(-) Custos Serviços - SPA	(1.192.249,59)	(1.507.863,95)
Cartões de Credito a Receber		34.056.360,13	34.330.813,94	Contrato de Mutuos - Outras Emp. - Circulante		18.094.949,89	26.426.039,75	(-) Custos Serviços - Outros	(5.604.848,15)	(4.984.596,52)
Títulos e Valores Mobiliários		7.277,59	14.189,80	Debitos Fiscais e Prev. Parcelados		3.031.200,12	1.416.748,44	(-) Custo de Mercadorias - A&B	(52.757.015,77)	(47.763.086,22)
Adiantamentos		2.966.553,42	15.028.405,18	Debitos Fiscais		3.031.200,12	1.416.748,44	(-) Custos Mercadorias - A&B	(52.757.015,77)	(47.763.086,22)
Impostos a Recuperar / Compensar		775.782,77	3.843.871,71	Debitos Fiscais		71.307.598,20	82.712.908,03	Resultado Bruto das Operacoes	553.720.579,63	388.241.986,56
Cheques Em Cobranca		16.550,00	20.434,64	Passivo Nao Circulante		59.954.516,52	66.270.679,99	Receitas e Despesas Operacionais	(391.418.885,68)	(306.811.848,31)
Outros Créditos		5.565,03	-	Empréstimos e Financiamentos - Não Circul.		-	-	(+) Despesas Vendas	(33.392.422,91)	(20.490.955,31)
Contas Correntes - Hotéis - Circulante		406.514.761,22	142.114.119,51	Empréstimos e Financiamentos		59.954.516,52	65.870.679,99	(-) Despesas Comissões	(33.002.512,30)	(20.490.955,31)
Despesas Antecipadas		1.034.711,32	647.525,99	Adio P/Futuro Aum.capital		400.000,00	400.000,00	(-) Desp. Propaganda e Publicidade	(141.224,30)	(121.186,92)
Estoques		12.226.710,52	10.118.926,28	Debitos Fiscais e Prev. Parcelados		4.017.640,21	8.474.677,43	(-) Desp. Promocoes e Eventos	(13.673,26)	(32.394,82)
Mercadorias para Revenda		2.940.294,15	2.803.554,74	Debitos Fiscais		4.017.640,21	8.474.677,43	(-) Outras Despesas	(234.713,05)	(298.949,48)
Uso e Consumo		9.286.416,37	7.515.371,54	Debitos Fiscais		143.794,64	119.566,76	(+) Despesas Gerais e Administrativas	(359.649.187,51)	(287.494.220,19)
Mutuos - PF/Outras Empresas - Circulante		250.342.427,46	87.863.183,36	Debitos Fiscais		143.794,64	119.566,76	(-) Desp. Gerais e Administrativas	(24.054.843,89)	(22.392.570,68)
Contratos de Mutuos - Pessoa Fisica		859.450,00	859.450,00	Debitos Fiscais		7.191.646,83	7.191.646,83	(-) Desp. Manutencao	(18.663.834,44)	(16.653.523,74)
Contratos de Mutuos - Outras Empresas		249.482.977,46	87.003.733,36	Debitos Fiscais		-	-	(-) Despesas Bancarias	(5.356.627,39)	(296.758,90)
Valores a Classificar		2.572.081,14	2.517.589,05	Debitos Fiscais		-	-	(-) Despesas Pessoal	(155.681.196,77)	(125.189.190,88)
Valores a Classificar		2.572.081,14	2.517.589,05	Debitos Fiscais		-	-	(-) Despesas Tributarias	(1.763.039,06)	(1.963.633,90)
Contas Correntes - Matriz / Filiais - Transit.		699.484,05	4.659.336,99	Debitos Fiscais		-	-	(-) Depreciacao e Amortizacao	(19.024.682,51)	(13.329.501,66)
Transf. Numerarios		699.484,05	4.659.336,99	Debitos Fiscais		-	-	(-) Despesas com Imovel	(74.702.460,04)	(53.135.757,29)
Ativo Nao Circulante		91.811.839,09	208.453.782,76	Debitos Fiscais		-	-	(-) Despesas de Participacoes	(135.060,72)	-
Depositos e Outros Creditos		29.449.525,60	24.735							

AUMENTO DE 52%

Governo reajusta auxílio-alimentação de servidores

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

Os servidores públicos federais terão reajuste de 51,9% no auxílio-alimentação a partir do próximo mês. Com a medida, o benefício passa de R\$ 658 para R\$ 1 mil.

O auxílio-saúde dos servidores, que hoje é de R\$ 144,38, será reajustado para cerca de R\$ 215 e o auxílio-creche passa de R\$ 321 para R\$ 484,90.

Os valores foram fechados ontem em acordo entre as entidades representativas dos servidores e o governo federal, por meio da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em

Serviços Públicos (SRT/MGI). O governo também se comprometeu a implantar até julho todas as mesas específicas de carreiras que ainda não foram abertas no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

De acordo com o ministério, o aumento do auxílio-alimentação resulta em ganho de renda de mais de 4,5% para mais de 200 mil servidores ativos que ganham até R\$ 9 mil mensais. Os servidores com as menores remunerações e que recebem, simultaneamente, os três benefícios (alimentação, saúde e creche) terão aumento de até 23% na remuneração total.

O secretário de Relações de

Trabalho do MGI, José Lopez Feijó, destacou que, em 2023, o governo já havia concedido aumento salarial linear para todos os servidores públicos federais.

"Esse acordo, juntamente com o reajuste de 9% que já foi concedido no ano passado, faz com que se inicie um processo de recuperação dos salários que ficaram congelados por tanto tempo", afirmou o secretário.

Para a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), o reajuste dos benefícios foi positivo para os servidores, mas a entidade diz que vai continuar reivindicando reajustes entre 7% e 10% nos salários ainda

para este ano.

"No termo de compromisso, não tem nada garantido sobre reajuste para 2024, mesmo as entidades tendo insistido nessa tecla. Mas não vamos jogar a toalha, porque é uma reivindicação histórica da categoria. Entendemos que a fase de congelamento de salários foi no governo anterior, então o momento é de conseguir recuperar o poder de compra do funcionalismo e agora", avalia Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef, em entrevista à Agência Brasil.

A entidade representa 80% dos servidores do Executivo Federal, entre ativos, aposentados e pensionistas.

2024

Cielo tem lucro líquido recorrente de R\$ 503,1 milhões no 1º trimestre

MATHEUS PIOVESANA/AE

A Cielo encerrou o primeiro trimestre deste ano com lucro líquido recorrente de R\$ 503,1 milhões, um crescimento de 14,1% em relação ao mesmo período de 2023. Na comparação com o quarto trimestre do ano passado, a credenciadora teve lucro 4,6% maior.

O resultado da empresa no primeiro trimestre foi o maior em cinco anos. Segundo a Cielo, o desempenho foi reflexo da melhoria do resultado financeiro, da redução de custos nos serviços prestados e também de uma maior eficiência tributária. Estes fatores foram parcialmente compensados pelos investimentos que a companhia tem feito na transformação e na expansão da força de vendas.

No trimestre, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) foi de R\$ 746,7 milhões, uma queda de 24,9% em termos anuais. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, houve baixa de 25,3%.

No trimestre, a margem Ebitda da Cielo foi de 29,1%, uma queda de 9,6 pontos percentuais em 12 meses. De acordo com a companhia, o programa de transformação, em conjunto com a expansão

da força comercial, explicam a queda dos indicadores ligados ao Ebitda.

A receita da credenciadora foi de R\$ 2,563 bilhões no período, baixa de 0,3%. A receita da Cielo Brasil, que responde pelo negócio de credenciamento, foi de R\$ 1,523 bilhão, queda de 3,4%.

As despesas operacionais da companhia somaram R\$ 566,6 milhões no primeiro trimestre, uma alta de 63,7% em um ano. Houve crescimento em todas as principais linhas: as despesas de pessoal subiram 41,5%, para R\$ 332,4 milhões, enquanto as despesas de vendas e marketing subiram 162,7%, para R\$ 33,1 milhões.

Houve alta de 162% em outras despesas operacionais, para R\$ 105,6 milhões, o que, de acordo com a Cielo, decorre de maiores provisões para perdas operacionais.

O balanço tende a ser um dos últimos divulgados pela Cielo enquanto empresa listada em Bolsa. Bradesco e Banco do Brasil, bancos que controlam a companhia, farão uma oferta pública de aquisição (OPA) para fechar seu capital. A partir dos trâmites comuns a esse tipo de operação, espera-se que a oferta aconteça até o mês de agosto.

ACSP

Pleitos do comércio e serviços não foram atendidos em reforma

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

Os pleitos do setor de serviços, pelo menos os diretamente ligados ao segmento do comércio varejista, não foram atendidos pelo projeto de leis complementares que vão regulamentar a reforma tributária. A queixa foi feita pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Roberto Ordine, em entrevista ao Grupo Estado.

Na mesma conversa, Ordine aproveitou para dizer que o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega deve ter se equivocado ao dizer que as associações comerciais, especialmente a de São Paulo, teriam defendido imposto menor para as escolas particulares, o que na visão do ex-

ministro beneficiaria uma camada mais rica da sociedade enquanto os mais pobres continuam pagando mais impostos. Mailson fez esta afirmação mais cedo.

"O único lobby que fizemos foi defender a não oneração dos serviços, cuja alíquota hoje é de 5% do Imposto Sobre Serviços (ISS) e que vai para 25%. Isso não é corporativismo. É apenas não aceitar aumento da carga tributária. A taxa está sendo multiplicada por cinco vezes", reclamou Ordine.

"No caso das associações comerciais, defendemos primeiro o comércio e, por consequência, os serviços associados ao comércio. Se os custos dos serviços sobem, vão ser repassados para o comércio e, na ponta, para o consumi-

"O único lobby que fizemos foi defender a não oneração dos serviços, cuja alíquota hoje é de 5% do Imposto Sobre Serviços (ISS) e que vai para 25%."

ROBERTO ORDINE

dor", disse o presidente da ACSP.

Ordine reforçou que desde o começo dos debates em torno da PEC 45 estavam, a associação já era contra porque já se tinha estabelecido uma alíquota de 25%.

"Fomos contra também por conta do duplo controle fiscal, duas contabilidades correndo ao mesmo tempo por um período de 10 anos. Pagar duas vezes para o contador é muito ruim para os serviços", disse o executivo, acrescentando que hoje as operações internas do setor no ICMS tem uma alíquota de 18% e as externas de 12%. Com o projeto de regulamentação da reforma, nos dois casos, as alíquotas serão elevadas para 26%.

"Reduziu o número de impostos, mas não simplificou e aumentou a carga. Ou seja, nossos pleitos não foram atendidos pelo projeto de leis complementares da reforma. Então o Mailson está nos dando uma força que não temos", brincou o presidente da ACSP.

Nota

HADDAD VOLTA A COMPARAR A REFORMA TRIBUTÁRIA AO PLANO REAL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao tentar dimensionar a importância da reforma tributária para a economia brasileira para a plateia que o assistia em sua palestra durante o XXXVII Congresso Brasileiro de Direito Tributário - Instituto Geraldo Ataliba (IGA-IDEPE), voltou ontem, a compará-la ao Real, plano bem sucedido que estabilizou a economia brasileira. "Eu compararia a reforma tributária a eventos como o Real, as reservas cambiais e à redução da dívida pública, a primeira década dos anos 2000. São coisas que a colocam o pobre no Orçamento", disse o ministro. De acordo com Haddad, o pobre começou a se enxergar no orçamento público depois destes eventos construtivos e que reconfiguraram um país. nos por causa da reforma.

SOCIEDADE MERCADO SÃO BRAZ

CNPJ nº 02.787.189/0001-30

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores subscritores em pleno gozo de seus direitos, para Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 02/05/2024 às 18h em primeira convocação e às 19:00h em segunda e última, na Rua Augusto Vasconcelos, 99, Campo Grande - RJ, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: A - Consequência do inadimplemento nos pagamentos dos valores individuais. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024. Sergio Luiz de Barros - Presidente.

JBC Brasil Participações Ltda.

CNPJ/MF 07.230.029/0001-09 - NIRE 33.2.0745720-1

Edital de Convocação de Reunião de Sócios.

Diante da ausência de quórum para instalação da reunião de sócios, em primeira convocação, que se realizaria no dia 24 de abril de 2024, convocamos, em segunda convocação, os sócios da sociedade denominada JBC Brasil Participações Ltda. ("Sociedade") para se reunirem no dia 6 de maio de 2024, às 11:00h (onze horas), a realizar-se na sede social, sito à Estrada de Santana, nº 292, parte, Vila São Luiz, Duque de Caxias, RJ, CEP 25.085-010, a fim de discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: (i) alteração da cláusula oitava do Contrato Social para fixar o prazo de 5 (cinco) anos de duração do mandato da administração da Sociedade, renovável por prazos iguais e sucessivos, (ii) composição e remuneração da administração da Sociedade, bem como composição e remuneração da administração interna da Sociedade, e consequente alteração das cláusulas sétima e oitava do Contrato Social, (iii) alteração da cláusula treze do Contrato Social para disciplinar a reunião de sócios, a admissão de novos sócios e a fixação de quórum qualificado para as futuras deliberações da Sociedade, e (iv) outras matérias de interesse da Sociedade; promovendo-se a consequente consolidação do Contrato Social, que deverá refletir as referidas modificações deliberadas e aprovadas. Os sócios que tiverem interesse em participar e votar na reunião de sócios deverão comparecer junto à sede da Sociedade com o respectivo documento de identidade e, se representado por procurador, procuração com poderes especiais. Duque de Caxias, 24 de abril de 2024.

José de Bastos Martins

César de Bastos Martins

IBV Brasil Petróleo Limitada

CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Em razão da não instalação da reunião de sócios da IBV Brasil Petróleo Limitada ("Sociedade") para ser realizada em primeira convocação em 22 de abril de 2024, às 10:00 horas (horário de Brasília), ficam convocados os sócios da Sociedade para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em segunda convocação, em 30 de abril de 2024, às 10:00 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre (i) a homologação do aumento de capital da Sociedade, no valor de R\$ 105.682.930,00 (cento e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta reais), mediante a emissão de 105.682.930 (cento e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta) novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, conforme deliberado em reunião de sócios da Sociedade realizada em 28 de fevereiro de 2024 ("Aumento de Capital"); e a (ii) a correspondente alteração do contrato social da Sociedade. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópias de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024. Renata Lima - Diretora Geral.

WINDSOR BARRA HOTEL S/A

CNPJ: 05.298.154/0001-25 - NIRE: 33300322680

Balanco Patrimonial		2023	2022		
Ativo		704.650.402,35	743.299.706,41		
Ativo Circulante		82.699.153,01	104.765.420,47		
Disponibilidades		2.860.002,92	8.618.631,84		
Caixa		-	1.248.248,49		
Numerario em Transitó		-	-		
Fundo Fixo		200.054,29	160.000,00		
Bancos Conta Movimento		405.877,39	1.619.896,91		
Aplicacoes Liquidez Imediata		2.254.071,24	5.580.464,44		
Direitos Realizaveis		20.705.444,72	28.923.631,53		
Contas a Receber		565.034,75	6.169.311,45		
Cartoes de Credito a Receber		13.321.544,03	14.701.711,35		
Adiantamentos		2.644.320,60	3.223.873,24		
Impostos a Recuperar / Compensar		19.895,47	3.134.920,78		
Cheques em Cobrança		125.306,12	-		
Contas Correntes - Circulante		3.685.115,91	1.395.813,89		
Despesas Antecipadas		344.127,84	298.000,82		
Estoque		6.912.994,03	6.340.238,73		
Mercadorias para Revenda		1.582.494,55	1.223.346,42		
Use e Consumo		5.330.499,48	5.116.892,31		
Mtuos - PF/Outras Empresas - Circulante		50.741.560,85	53.850.851,18		
Contratos de Mtuos - Pessoa Fisica		-	-		
Contratos de Mtuos - Outras Empresas		50.741.560,85	53.850.851,18		
Valores a Classificar		1.479.150,49	7.032.067,19		
Valores a Classificar		1.479.150,49	7.032.067,19		
Ativo nao Circulante		11.859.400,08	10.451.357,82		
Depositos e Outros Creditos		11.859.400,08	10.451.357,82		
Depositos Judiciais		11.859.400,08	10.451.357,82		
Investimentos		610.091.849,26	628.082.928,12		
Investimentos		1.483.120,05	1.172.552,99		
Investimentos em Outras Empresas		1.483.120,05	1.172.552,99		
Imobilizado		608.608.729,21	626.909.955,13		
Bens de Uso		702.554.802,43	699.178.218,37		
(-) Depreciacao		99.096.327,50	72.268.263,24		
Obras em Andamento		5.150.254,28	-		
Intangivel		-	420,00		
Gastos Diferidos		-	420,00		
Passivo		704.650.402,35	743.299.706,41		
Passivo Circulante		101.957.791,93	108.747.574,12		
Contas a Pagar		36.185.452,75	49.355.725,04		
Fornecedores		10.573.306,31	14.340.603,45		
Fornec. de Serv. Públicos		2.133.062,86	2.070.580,92		
Outras Contas a Pagar		3.196.192,57	2.921.477,91		
Obrigacoes Contratadas		3.399.292,93	3.427.542,11		
Creditos nao Reclamados		2.398,40	-		
Adiantamentos Clientes - Depos Antecip.		16.452.991,21	26.793.127,24		
Dividendos a Pagar		428.208,47	-		
Obrigacoes Sociais e Trabalhistas		8.076.775,79	13.570.691,46		
Salarios		2.742.929,54	2.393.480,17		
Encargos Sociais		2.009.792,94	6.969.392,14		
Provisoes Trabalhistas		3.324.053,31	4.207.819,15		
Impostos e Contrib. a Recolher		1.459.641,54	3.516.159,20		
Impostos e Contrib. S/ Faturamento		576.301,82	2.051.368,06		
Impostos e Contrib. S/ Lucro		-	1.163.470,65		
Outros Impostos, Taxas e Contrib.		476.744,85	262.301,83		
Emprestimos e Financiamentos - Circulante		54.351.377,09	42.268.231,60		
Contratos de Mtuos - Fisica - Circulante		13.321.544,03	14.701.711,35		
Contratos de Mtuos - Fisica - Circulante		33.078.878,70	35.998.878,70		
Contrato de Mtuos - Outras Emp. - Circulante		4.905.787,10	2.268.582,18		
Debitos Fiscais e Prev. Parcelados		1.884.344,76	163.233,17		
Debitos Fiscais/Estaduais/Municipais		1.884.344,76	163.233,17		
Passivo nao Circulante		226.970.009,77	262.042.851,17		
Emprestimos e Financiamentos - Nao Circul.		219.951.053,88	250.631.075,88		
Empréstimos e Financiamentos		219.951.053,88	250.631.075,88		
Debitos Fiscais e Prev. Parcelados		7.018.955,89	11.411.775,29		
Debitos Fiscais		7.018.955,89	11.411.775,29		
Outros Parcelamentos		-	-		
Patrimonio Liquido		375.722.600,65	372.509.281,12		
Capital Social		407.372.272,00	407.372.272,00		
Capital Social Subscrito/A Integralizar		407.372.272,00	407.372.272,00		
Reservas de Capital		7.666.551,65	1.203.420,09		
Reservas de Capital		7.666.551,65	1.203.420,09		
Reservas de Reavaliacao		-	-		
Ajuste Exercicios Anteriores		-	-		
Reservas de Lucros		21.917.923,00	22.346.131,47		
Reservas de Lucros		21.917.923,00	22.346.131,47		
Lucros / Prejuizos Acumulados		61.234.146,00	58.412.542,44		
Lucros Acumulados		215.451.169,58	135.975.263,06		
Lucros Acumulados		276.685.315,58	194.387.795,50		
Demonstrativo do Resultado do Exercício		2023	2022		
Receitas de Vendas de Produtos e Serviços		252.694.610,16	194.023.298,12		
Receitas de Serviços		202.499.885,13	151.567.815,17		
(+) Receita Bruta de Serviços		213.699.922,96	160.976.381,68		
Serviços - Hospedagens		180.271.679,09	142.955.150,42		
Serviços - Outros		33.428.243,87	18.021.231,26		
(-) Deducoes Receita Bruta Servicos		(11.200.037,83)	(9.408.566,56)		
Vendas Canceladas / Devolucoes		(488.122,94)	(320.962,45)		
Descontos Concedidos		-	-		
ISS		(10.684.804,64)	(7.940.969,95)		
Pis s/ Vendas Servicos		(4.835,89)	(204.269,21)		
Cofins s/ Vendas Servicos		(22.274,36)	(942.364,95)		
(+) Receitas Vendas de Mercadorias		50.194.725,03	42.455.483,00		
(-) Receita Bruta Venda Mercadorias		51.600.059,00	44.271.227,15		
Mercadorias - A&B		51.600.059,00	44.271.227,15		
(-) Deducoes Receita Bruta Venda Mercadorias A&B		(1.405.333,97)	(1.815.744,15)		
ICMS		(1.405.154,80)	(1.227.130,52)		
PIS s/ Venda Mercadorias - A&B		(31,96)	(104.443,38)		
Cofins s/ Venda Mercadorias - A&B		(147,21)	(484.169,65)		
Custos de Servicos e Mercadorias		(50.164.710,94)	(35.947.893,70)		
(-) Custos Servicos		(17.962.445,16)	(12.963.569,23)		
(-) Custos Servicos - Hospedagens		(12.626.603,61)	(8.891.143,22)		
(-) Custos Servicos - Garagem		(1.147.524,35)	(606.878,93)		

VIOLÊNCIA

Crimes de estupro e homicídios dolosos caem em São Paulo

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Estatísticas criminais divulgadas ontem pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado de São Paulo mostram queda nos crimes de estupro, homicídio doloso, roubos em geral e roubos de veículos e de carga em março deste ano na comparação com março de 2023. Os estupro, incluindo de vulneráveis, passaram de 1.384 casos em março do ano passado para 1.210 em março de 2024, o que representa recuo de 12,57%. As vítimas vulneráveis são aquelas que têm até 14 anos de idade ou não têm condições de consentir o ato. Foram registradas 227 ocorrências de homicídio doloso quando há intenção de matar em março deste ano, enquanto em março de 2023 houve 243 casos, redução de 6,58%. As vítimas de homicídio doloso di-

minuíram de 254 para 234. Já os feminicídios tiveram aumento, passando de 25 para 27. As tentativas de homicídio caíram de 346 para 306, considerando a mesma base de comparação. As estatísticas criminais apontam que o número de latrocínios - roubo seguido de morte - se manteve em 13, em março deste ano e também no ano passado.

ROUBOS

Em março deste ano, não houve roubos a banco no estado de São Paulo, enquanto no ano passado foi registrado um roubo desse tipo em março. O roubo de cargas teve queda de 612 para 402 casos, considerando o mesmo período comparativo.

Os roubos de veículos passaram de 3.592 registros em março de 2023 para 2.599 em março deste ano. O total de roubos caiu de 21.605 em 2023 para 17.883 neste ano.

ULTRADIREITA EM AÇÃO

Tarcísio veta dar nome de Mamonas Assassinas a estação em Guarulhos

RARIANE COSTA/AE

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) vetou o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) que pretendia acrescentar o nome da banda Mamonas Assassinas à estação CECAP da Linha 13- Jade da CPTM. A proposta foi apresentada pelo Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor (Republicanos) e, segundo as justificativas do texto, buscava homenagear a banda de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo.

O veto foi definido na terça-feira, passada, e publicado no Diário Oficial do Estado ontem.

O governador argumenta que a CPTM é uma sociedade de economia mista, regida por normas da Lei das Sociedades por Ações e submetida ao regime jurídico de direito privado.

"A empresa detém autonomia para gerir os bens que integram o seu patrimônio, dentre os quais se incluem suas estações, que não se equiparam a prédios ou repartições públi-

cas", destaca.

O texto direcionado aos deputados ainda pontua que a gestão do patrimônio de empresas como a CPTM, o que inclui a outorga de denominações, é tema que foge ao domínio da lei "sob pena de afronta ao regime jurídico ao qual está subordinada e aos objetivos que inspiraram sua constituição".

Tarcísio ainda detalha que a escolha dos nomes de estações segue regras técnicas e administrativas. Regras essas, que levam em conta a história e geografia da região, além de pontos de referência importantes para a comunidade e que sejam bem aceitos pelo público.

A inauguração da estação, em março de 2018, também foi tratada como ponto determinante, uma vez que o nome da estação já estaria, na avaliação do governador, plenamente consolidado em toda a região.

Além disso, as modificações necessárias na troca de comunicação visual foram apontadas como demanda de alto custo, o que seria "contrária ao interesse público".

ÔNIBUS

Justiça torna réus diretores de empresa ligada ao PCC

MARCELO GODOY/AE

O juiz Guilherme Eduardo Martins Kellner, da 2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da capital, acolheu a denúncia contra os dez acusados de formar uma organização criminosa para lavar dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) na empresa de ônibus Transwólf e determinou a abertura de ação penal contra o grupo. O magistrado também manteve o bloqueio de bens dos acusados até o limite de R\$ 596 milhões.

A decisão tomada na quarta-

feira passada, mantém ainda a interdição na empresa de ônibus, com o afastamento de sua diretoria - a Prefeitura nomeou um interventor para garantir o funcionamento da Transwólf, que atende a cerca de 15 milhões de passageiros por mês na capital. Por decisão do juiz, o presidente afastado da empresa, Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora, permanece preso, bem como Róbson Flares Lopes Pontes, seu aliado na empresa. Um terceiro acusado que teve a prisão mantida pelo magistrado: o contador Joelson Santos da Silva.

Os três tiveram suas prisões preventivas decretadas e foram

alvo de busca e apreensão durante a Operação Fim da Linha, planejada pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, e da Receita Federal, em 9 de abril. Além das acusações de organização criminosa e de lavagem de dinheiro, os réus são acusados de apropriação indébita e de extorsões praticadas contra perueiros da antiga cooperativa Cooper Pam que aderiram à empresa Transwólf.

De acordo com a denúncia do Gaeco, o bloqueio dos bens dos acusados servirá para garantir o ressarcimento de prejuízos causados pela organização -

valor equivalente ao faturamento da Transwólf em 2021. O sequestro atingiu bens de 28 empresas e 16 pessoas, além de 43 imóveis, uma aeronave, três lanchas e duas moto-náuticas, tudo em nome dos investigados.

De acordo com as investigações, a Transwólf só conseguiu participar da licitação feita pela Prefeitura em 2015 em razão do aporte de R\$ 54 milhões feito pela MJS participações Ltda, sob a forma de integralização do capital, dinheiro proveniente do tráfico de drogas. Ao colocar o dinheiro na empresa, o PCC, segundo os promotores, além de consolidar sua posição no setor, ainda lava os recursos do crime.

CRIME

Estado terá de pagar R\$ 750 mil por abordagem policial racista

A Justiça de São Paulo condenou o governo estadual a pagar R\$ 750 mil de indenização pelo tratamento discriminatório de policiais contra pessoas que participaram de uma edição da Caminhada São Paulo Negra, em 2020, nos bairros da Liberdade e do Bixiga, na capital paulista. A atividade, existente até hoje, consiste em completar um percurso que passa por diversas referências da população negra.

O caso foi aberto após a De-

fensoria Pública de São Paulo ajuizar uma ação coletiva. O valor da indenização será revertido para um fundo que beneficia a população negra, por meio de projetos culturais e turísticos, medida prevista na Lei Federal nº 7.347/1985.

Em nota, a Defensoria Pública relata que o grupo que fazia a caminhada, em outubro de 2020, contava com 14 pessoas e foi seguido por policiais militares, ao longo de três horas. A

corporação alegou que o acompanhamento se justificava pelas regras de distanciamento em vigor no auge da pandemia de covid-19, já que aglomerações facilitariam a transmissão do vírus

"A discriminação ficou patente quando o grupo cruzou com aglomerações maiores no caminho, formadas em razão do período de campanha eleitoral, sem que a polícia se importasse com esses outros grupos, mesmo que maiores do que o grupo

visado", acrescenta a nota da Defensoria Pública.

Na decisão, o juiz Fausto Dalmaschio Ferreira, da 11ª Vara de Fazenda Pública, afirmou que "a conduta do Estado representou atitude discriminatória, com contornos nítidos de racismo institucional, em desfavor de um grupo de turismo particular que se propunha, ostensivamente, a expor a história e cultura negra e sua tentativa de apagamento no centro de São Paulo".

TRANSPORTE

Justiça libera concessão do trem Intercidades entre SP e Campinas

FABIO GRELLET/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) aceitou ontem, recurso do governo de São Paulo e derrubou a liminar que suspendia a assinatura do contrato de concessão do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte. O futuro modal vai ligar a capital a Campinas em dois novos serviços ferroviários e também abrange a Linha 7-Rubi da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que vai até Jundiá. A assinatura do acordo, agora autorizada, está prevista para maio.

Na quarta-feira passada, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo havia obtido decisão provisória da Justiça que impedia a

continuidade dos trâmites para a formalização do acordo entre o Estado e o consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos. Há dois meses, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) bateu o martelo no leilão vencido pelo grupo brasileiro Comporte e pela chinesa CRRC.

No recurso apresentado ao TJ-SP, a Procuradoria Geral do Estado argumentou que as alegações do sindicato, sobre a existência de supostas irregularidades, eram frágeis e que o descumprimento do cronograma de concessão provocaria prejuízos tanto aos cofres públicos como à população.

O investimento estimado do projeto do TIC Eixo Norte é de R\$ 14,2 bilhões, em valor atualizado pelo IPCA.

Na decisão que derrubou a liminar, a desembargadora Maria Laura Tavares destacou a necessidade de aguardar a manifestação do governo de São Paulo na ação. "Permanece a necessidade de se aguardar a apresentação de informações pelas autoridades coatoras quanto à existência dos vícios e irregularidades apontados pelo impetrante no Edital de Concorrência Internacional. Dessa forma, há justificativa plausível para conceder a antecipação da tutela recursal almejada", escreveu a magistrada.

Além do serviço expresso entre São Paulo e Campinas, o empreendimento engloba a implantação do Trem Intermetroplitano (TIM), entre Campinas e Jundiá, e a concessão da Li-

inha 7-Rubi da CPTM. O consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos será responsável pela operação, manutenção, modernização e exploração das receitas geradas por 30 anos pelo transporte ferroviário de passageiros do sistema TIC Eixo Norte.

Durante a tarde, antes da decisão do TJ-SP, em visita à cidade de Americana, o governador disse que estava tranquilo em relação ao cronograma da concessão. "Estou muito confiante na fortaleza dos nossos argumentos à Justiça, na fortaleza daquilo que a gente estruturou, no sucesso desse empreendimento. Não vamos perder o prazo para assinatura de contrato, o Trem Intercidades vai ser uma realidade que a gente quer fazer e nós vamos fazer", declarou.

GUARUJÁ

Polícia Militar encontra corpos em decomposição após denúncia anônima

RARIANE COSTA/AE

Três corpos em estado avançado de decomposição foram localizados pela Polícia Militar na quarta-feira passada, enterados no Guarujá, litoral de São Paulo. As vítimas foram encontradas após denúncia anônima e ainda não foram identificadas.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP), o local onde os corpos estavam passou por pericia e o caso é investigado como morte suspeita pela Delegacia do Guarujá.

Segundo a pasta, a Polícia Civil atua para identificar as vítimas e esclarecer as circunstâncias do ocorrido. O Morro da Vila Baiana, local onde as vítimas foram localizadas, é um dos pontos de busca pelo soldado Luca Angerami, desaparecido no dia 14.

O militar, que atuava na capital, desapareceu no Guarujá há mais de duas semanas. O veículo do rapaz foi localizado no mesmo dia do desaparecimento abandonado na Rodovia Cônego Domênico Rangoni

Sete pessoas já foram presas por suspeita de envolvimento no caso, todos os casos registrados na 3ª Delegacia de Homicídios da Divisão Especializada de Investigações Criminais (DEIC), segundo a SSP.

Integrantes do Comandos e Operações Especiais (COE), equipes da Polícia Militar, Polícia Militar Ambiental e Corpo de Bombeiros estão atuando em conjunto com a Polícia Civil na procura pelo agente.

A Baixada Santista tem recebido reforços policiais durante

a Operação Escudo, em agosto e setembro do ano passado, e na Operação Verão deste ano, entre dezembro e março. A mobilização policial ocorreu após mortes de agentes. Essas operações deixaram mais de 80 civis mortos nos dois períodos. Entidades de direitos humanos e a Ouvidoria das Polícias de São Paulo denunciaram excesso da atuação policial, o que vem sendo negado pela Secretaria da Segurança Pública, que diz investigar todas as ocorrências.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 7ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ricam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 7ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atilio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Estatuto dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 7ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 16 de maio de 2024, às 10:00 horas, modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRI em Circulação para fins de instalação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Declarar ou não Evento de Vencimento Antecipado das Notas Comerciais com o consequente pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais devida até a data do efetivo pagamento, calculada pro rata temporis, respeitada a regra prevista na Cláusula 6.8.3 do Termo de Emissão de Notas Comerciais, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos do Termo de Emissão, em virtude do descumprimento de obrigação contratual previsto na cláusula 8.1, itens "e", "f" e "g" do Termo de Emissão, configurado na assinatura de atos societários formalizando: I. a transferência de participação societária entre os quotistas da DUE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 37.806.875/0001-95 ("DUE"), de forma que a AFC Holding passa a deter 95,01% das ações da DUE e a AUS Holding 4,99% das ações da DUE. II. a transferência da totalidade das quotas detidas pela AUS Holding na MPC Ltda., CNPJ nº 38.482.797/0001-83, para a Perfelta Baía (CNPJ sob o n. 51.929.304/0001-79), a qual passa a deter 50% (cinquenta por cento) das quotas da MPC Ltda. (II) Autorização para a contratação do escritório Tozzini Freire Advogados ("Tozzini"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as deliberações da Ordem do Dia, inclusive alterações nos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização), eventuais medidas judiciais e extrajudiciais, indutivas e/ou coercitivas, que sejam necessárias para assegurar e salvaguardar todos os direitos dos Titulares dos CRI, bem como medidas correlatas de excussão das garantias e recuperação do crédito, se for o caso. A proposta dos honorários do Tozzini Advogados, com seus valores e honorários e escopo de atuação, deverá ser disponibilizada ao Agente Fiduciário e aos Titulares dos CRI com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data da realização da AGT e constará anexa à ata da AGT; e (III) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitantes que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI DUE", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizadora. Encontram-se à disposição dos Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.cvm.gov.br>) - Sistema FUNDOS.NET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo, 26 de abril de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

OPERAÇÕES CRIMINAIS

STF vota por consolidar poder de polícia do MP

RAYSSA MOTTA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria ontem, para reconhecer que o Ministério Público também pode abrir e conduzir investigações criminais. Os Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) do MP deverão seguir os mesmos prazos e parâmetros dos inquéritos policiais.

O posicionamento vai de encontro a pretensões de policiais civis e federais, que frequentemente rivalizam com promotores e procuradores e se veem "atropelados" por eles.

A recente crise entre delegados e membros do Ministério Público de São Paulo em torno da Operação Fim da Linha, contra o PCC, ilustra como o tema divide os órgãos de investigação.

O pano de fundo do debate é se, além de requisitar inquéritos criminais, o MP pode fazer as in-

vestigações diretamente, produzindo provas.

Os ministros ainda vão definir a tese na retomada do julgamento, marcada para o dia 2 de maio, mas já houve consenso em torno de algumas premissas. Uma delas é a de que o Ministério Público pode realizar as próprias investigações, mas precisa comunicar imediatamente ao Poder Judiciário quando instaurar - ou encerrar - um procedimento. As prerrogativas também dependerão de justificativa fundamentada e autorização judicial.

Há uma preocupação no STF com a supervisão desses procedimentos, daí a obrigatoriedade do registro das investigações, para viabilizar o controle judicial. Esse é um ponto que já havia sido pacificado no julgamento que tornou obrigatória a implementação do juiz de garantias. "Não há dever-poder que não se submeta ao legítimo escrutínio e controle do Poder Ju-

diciário", defendeu o ministro Edson Fachin, relator de um conjunto de ações sobre o tema.

Outro objetivo dos registros junto do Poder Judiciário é evitar que investigações sobre o mesmo caso tramitem simultaneamente a cargo de magistrados diferentes, o que poderia levar a decisões conflitantes. Dessa forma, o juiz que receber a primeira investigação, seja da Polícia ou do Ministério Público, terá prevenção para acompanhar outros procedimentos que eventualmente venham a ser instaurados.

Na prática, o plenário do STF caminha para equiparar as investigações do Ministério Público aos inquéritos policiais. Os ministros concordaram, por exemplo, que os prazos previstos no Código Penal também devem ser observados pelos promotores e procuradores em seus PICs e que eles podem requisitar perícias técnicas.

Também reconheceram que

cabe ao Ministério Público investigar suspeitas de envolvimento de agentes dos órgãos de Segurança Pública em infrações ou episódios de violência policial. O plenário ainda precisa definir se a abertura da investigação será compulsória ou se caberá ao membro do MP fazer uma análise preliminar para verificar se há elementos mínimos que justifiquem a apuração.

A primeira ação sobre o tema chegou ao STF em 2003, por iniciativa do Partido Liberal (PL), e abriu o debate sobre o poder de polícia do MP. Fachin é o terceiro relator do processo, que passou antes pelas mãos dos ministros aposentados Carlos Velloso e Ricardo Lewandowski. O caso só foi liberado para julgamento em 2019, mas entrou na pauta apenas em dezembro de 2022, no plenário virtual. Um pedido de destaque do próprio relator transferiu a votação ao plenário físico.

LULA EM REUNIÃO

Indígenas fazem protesto em frente ao Palácio do Planalto

SOFIA AGUIAR/AE

Entidades indígenas realizaram, ontem, uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto. A concentração em frente ao edifício ocorreu enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reunia com lideranças e coordenadores de organizações indígenas no Planalto.

Desde o início do dia, a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, ficou fechada na altura da Catedral de Brasília para a manifestação indígena. As lideranças começaram a marchar em direção ao Palácio do Planalto por volta das 16h30min. Por volta das 17h30min, o movimento passou a se dissipar.

Enquanto ocorria a manifestação, Lula estava reunido com ministros e lideranças para falar sobre a pauta indígena. Também participam da reunião a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, o ministro da Secretaria-Geral, Márcio Macêdo, além das lideranças.

Na frente do Planalto, foi

estendido um cartaz que dizia: "Pela imediata declaração de inconstitucionalidade da lei 14.701/23", que diz respeito ao marco temporal. Outro cartaz, que foi aberto mais próximo ao prédio do Supremo Tribunal (STF), estava escrito: "Nosso marco é ancestral, sempre tivemos aqui".

O marco temporal é uma interpretação de um artigo da Constituição Federal. Esse entendimento prevê que uma terra indígena só pode ser demarcada com a comprovação de que os povos originários estavam no local requerido na data de promulgação da Constituição, ou seja, no dia 5 de outubro de 1988.

A Câmara aprovou o marco temporal em maio de 2023. Em setembro, o STF derrubou a tese e invalidou o argumento da linha de corte temporal. Mesmo assim, seis dias depois da decisão da Suprema Corte, o texto foi aprovado no Senado. Ao sancionar a lei, em outubro, Lula vetou o trecho que causaria o impasse jurídico, mas o Congresso derrubou o veto em dezembro.

COMIDA NA MESA

Mais de 24 milhões de pessoas deixaram de passar fome no país

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

O número de pessoas com insegurança alimentar e nutricional grave no Brasil recuou de 33,1 milhões em 2022 para 8,7 milhões em 2023, passando de 15,5% da população para 4,1%, uma queda de 11,4 pontos percentuais.

Os dados de 2023 são do módulo Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já os números de 2022 foram colhidos pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

A pesquisa do IBGE foi realizada em parceria com o Minis-

tério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDA), usando como referencial metodológico a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que permite a identificação e classificação dos domicílios de acordo com o nível de segurança alimentar de seus moradores.

RECORDE

De acordo com o ministro do MDA, Wellington Dias (foto), este é o segundo melhor resultado de toda a série da EBIA. "Sair de 15,5% da população em situação de fome para 4,1% em apenas um ano é recorde. Importante pontuar que, de 2019 a 2022, não deixaram o IBGE fazer o EBIA, mas o Brasil não ficou sem pesquisa. Os pesquisadores brasileiros, incluindo cientistas e

técnicos de várias universidades e técnicos do próprio IBGE, foram a campo e fizeram pela Rede Penssan", disse o ministro à Agência Brasil.

Ele também lembrou que os dados apresentados são resultado do esforço do governo federal em retomar as políticas públicas de redução da fome e da pobreza. "No ano de 2023, tiramos dessa situação 24,4 milhões de pessoas que passaram a tomar café, almoçar e jantar todos os dias", assinalou.

Segundo o IBGE, em 2023 o país tinha 27,6% (ou 21,6 milhões) dos seus domicílios em situação de insegurança alimentar, sendo 18,2% (ou 14,3 milhões) com insegurança alimentar leve, 5,3% (ou 4,2 milhões) com insegurança ali-

mentar grave.

Para a secretária extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome do MDS, Valéria Burity, os números indicam que - em um período curto - as políticas públicas de combate à fome e à pobreza foram muito efetivas. Ela lembra que o país passou por um período muito grande, a partir de 2016, de retrocesso de políticas públicas no setor.

"A gente comemora, mas nós sabemos que ainda tem muito trabalho pela frente, e vamos continuar fazendo para conseguir vencer a situação de fome e também garantir alimentação como direito, garantir segurança alimentar e nutricional para a população brasileira", diz a secretária, que é responsável pelo plano Brasil Sem Fome.

EMENDAS

Padilha diz que governo estabeleceu cronograma

LETÍCIA NAOME E DANIEL GALVÃO/AE

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o governo estabeleceu um cronograma de pagamento das emendas e vai cumprir. A liberação das emendas impositivas, de pagamento obrigatório, foi atrasada nos primeiros meses do ano, o que gerou insatisfação no Congresso.

"Estamos cumprindo e queremos acelerar cada vez mais", disse Padilha em entrevista à GloboNews. Em ano de eleição municipal, a demora da liberação dos recursos preocupa os parlamentares, mais uma contribuição para a relação de conflito entre o governo e o Congresso.

Na visão do ministro, no entanto, a "agenda estratégica do governo dialogada com o Congresso está andando" e metade "já foi aprovada nesses dois meses". Ele disse ainda que o empenho do pagamento será maior do que o proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

DENGUE

Ministério amplia vacinação para mais 625 municípios

VICTORIA RIBEIRO/AE

O Ministério da Saúde divulgou ontem que 625 novos municípios serão contemplados com a vacina contra a dengue, elevando o número total de cidades beneficiadas para 1.130. As novas localidades estão distribuídas em seis Estados: Alagoas, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Sul, Piauí e Mato Grosso. Veja a lista de municípios aqui.

Durante coletiva de imprensa realizada em Brasília, a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel (foto), anunciou que 986 mil doses adicionais da vacina serão distribuídas entre esses municípios recém-incluídos.

A distribuição está programada para começar na próxima sexta-feira, 26, e uma nota técnica detalhada sobre o assunto deve ser publicada ainda hoje. Vale ressaltar que apenas crianças e adolescentes de 10 a 14 anos fazem parte do público-alvo para receber o imunizante pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Até a última terça-feira, o Ministério da Saúde havia enviado um total de 1.682.139 doses de vacinas aos Estados. Destas, 810.868 foram registradas como aplicadas, o que representa

48,19% do total. Quando se trata do recorte mensal, em abril foram administradas 117.530 doses, uma queda de 74,64% em relação a março, quando 463.481 doses foram aplicadas.

Segundo a secretária, essa redução pode ser atribuída ao atraso no registro da vacinação pelos municípios. "Alguns municípios utilizam sistemas próprios para registro, o que atrasa o envio dos dados para a rede nacional de saúde", explicou.

CASOS E ÓBITOS

De acordo com dados do Painel de Arboviroses do Ministério da Saúde, divulgados na quarta-feira passada, o Brasil atingiu um total de 3.809.060 casos de dengue, o que representa um aumento de 2,30 vezes em relação

aos 1.649.144 casos confirmados no ano passado. O número também é 2,25 vezes superior ao recorde anterior de casos da doença, estabelecido em 2015.

Em relação aos óbitos em decorrência da dengue, a pasta havia registrado 1.725 até a última terça-feira, 23. Isso representa um aumento de 46,31% em comparação com 2023, quando foram confirmadas 1.179 mortes. Em comparação com 2015, que registrou 986 óbitos, o aumento é de 74,94%.

Apesar dos números, o MS apontou que o Distrito Federal e 10 Estados estão com tendência de queda no número de registros da doença: Acre, Amapá, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

Além disso, outros dez apresentam tendência de estabilização: Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

"Apesar de estarmos com uma tendência de queda e estabilização em diversos estados, precisamos deixar claro que muitas pessoas ainda vão ficar doentes, mas muitos óbitos podem ser evitados", ressaltou Ethel.

CAIO SPECHOTO E SOFIA AGUIAR/AE

O ministro da Secretaria Geral, Márcio Macêdo, disse ontem, que o governo federal acelerará a demarcação de quatro terras indígenas que estão pendentes, mas não deu um prazo para o final dos processos.

Macêdo disse, em entrevista a jornalistas ao lado do ministro Sônia Guajajara (Povos Indígenas) e outros líderes indígenas depois de

reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o chefe do governo mandou que fosse criada em até duas semanas uma força-tarefa para avaliar os casos. "Não posso estabelecer um prazo para o desfecho das homologações", disse o ministro da Secretaria Geral.

Ele também disse que o governo conversará com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, para dessembarcar terras que estão com pendências na Corte.

MORAES E AS LEIS

Professora é ameaçada após corrigir redação

GABRIEL DE SOUSA/AE

Uma professora de escola pública do Distrito Federal foi ameaçada pela mãe de uma aluna após corrigir uma redação que acusava o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de "acabar com as leis" do País. A responsável pela adolescente, que estuda no segundo ano do ensino médio, disse que não aceitaria que a filha fosse "doutrinada" e "esfregaria o celular na cara" da docente para comprovar que ela estava errada.

A ameaça se deu na última quarta-feira, após uma atividade de redação no Centro de Ensino Médio 01 do Gama, uma escola pública localizada a 35 quilômetros da sede do STF.

A professora explicou para a aluna que, de acordo com a Constituição Federal, a função de elaborar leis cabe ao Poder Legislativo, e não ao Judiciário. A estudante repassou o que a docente disse para a mãe que, inicialmente, enviou um áudio via WhatsApp acusando a escola de "doutinação".

O diretor do colégio relatou a deputados da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) que a mãe disse que era amiga dos deputados Nikolas Ferreira (PL-MG), do deputado Gustavo Gayer (PL-GO) e do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG), que são aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A responsável chegou a ir presencialmente na escola, onde disse à coordenação da instituição que ia "procurar os direitos" dela. Após o episódio, a aluna foi

transferida da escola após um acordo entre a instituição e a responsável pela estudante. A professora pediu licença médica por 30 dias por conta do trauma psicológico sofrido após as ameaças. A direção do colégio discute uma possível transferência da docente.

Em nota, a Secretaria de Educação do Distrito Federal afirmou que "agiu prontamente" após ser informada sobre o pedido de transferência da aluna. A pasta afirmou também que a situação está sob supervisão direta da Coordenação Regional de Ensino (CRE) do Gama e que, se for necessário, tomará outras medidas administrativas.

A escola recebeu ontem, a visita da Comissão de Educação, Saúde e Cultura (CESC) da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que analisa temas voltados às escolas da capital federal. O colegiado enviou um ofício para a Secretaria de Educação, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDF) e o Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) exigindo proteção para a professora e os demais docentes da escola.

O colegiado é presidido pelo deputado distrital Gabriel Magno (PT), que afirmou que os professores estão receosos de novas ameaças. Segundo o parlamentar, a comissão vai produzir cartilhas com orientações sobre como os docentes das escolas públicas do Distrito Federal devem enfrentar episódios semelhantes.

ISP

Mortes violentas têm queda de 31% no 1º trimestre no RJ

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O estado do Rio de Janeiro fechou o primeiro trimestre do ano com queda no número de crimes contra a vida, com a letalidade violenta atingindo o menor percentual em 34 anos. O indicador, que engloba homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, roubo seguido de morte e morte por intervenção de agente do Estado, caiu 31% no primeiro trimestre e 25% no acumulado de março, em comparação com o mesmo período de 2023.

A tendência aparece também nos homicídios dolosos, quando há a intenção de matar, que diminuíram 16% nos três primeiros meses de 2024, marcando o patamar mais baixo desde 1991, quando teve início a série histórica do Instituto de Segurança Pública (ISP).

Com o aumento do efetivo das equipes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no patrulhamento das estradas federais de acesso ao Rio e no Arco Metropolitano, os roubos de cargas alcançaram reduções históricas: 54% em março e 47% no trimestre, os índices mais baixos desde 1999.

As mortes por intervenção de agente do Estado caíram 53% de janeiro a março: foram 152 vítimas, 172 a menos do que no mesmo período do ano anterior. Na análise mensal, a queda foi ainda mais expressiva, 66%. Com esse percentual, o estado do Rio chega ao menor número desse indicador para meses de março nos últimos 12 anos.

“Os números apresentados pelo ISP são um importante indicativo da atuação das forças policiais no estado do Rio”, disse o secretário de Segurança Pública, Victor dos Santos. Ele ressaltou que os dados são monitorados e analisados constantemente e servem como balizadores do planejamento de segurança.

A produtividade policial das forças de segurança estaduais também está em alta. Em três meses, as secretarias de Polícia Civil e Militar recuperaram cerca de 4 mil veicu-

los roubados ou furtados, 8% a mais do que no primeiro trimestre de 2023. Foram feitas 10.609 prisões em flagrante e cumpridos 3.547 mandados, com aumento trimestral de 13% e 21%, respectivamente. No mesmo período, 1.592 armas de fogo foram apreendidas no estado, cerca de 17 por dia. Dessas, 190 eram fuzis.

A diretora-presidente do ISP, Marcela Ortiz, destacou que a cultura de uso dos dados tem papel fundamental no planejamento, avaliação e monitoramento de cada região do estado. Isso, sem dúvida, vem contribuindo para as reduções históricas nos roubos de cargas e na letalidade violenta, disse Marcela.

INDICADORES

De acordo com o ISP, houve 766 homicídios dolosos no primeiro trimestre, dos quais 277 ocorreram em março. Na comparação com março de 2023, houve queda de 19% e, no acumulado do trimestre, de 16%. Foi o menor número de mortes para o mês desde 2022 e para o acumulado desde 1991.

De janeiro a março, foram registrados 587 casos de roubo de carga, dos quais 222, no mês passado. Em relação a março de 2023, houve queda de 54%. No acumulado do trimestre, a diminuição foi de 47%. Este foi o menor número para o mês e o acumulado desde 1999.

No primeiro trimestre, houve 5.801 apreensões de drogas no estado, com aumento de 1% no mês passado e de 8% no acumulado.

As armas apreendidas no período somaram 1.592, com a retirada de 17 armas retiradas de circulação por dia. Foram apreendidos 190 fuzis no primeiro trimestre, o que representa deixaram de circular duas armas desse tipo por dia no estado.

Segundo o ISP, houve 10.609 prisões em flagrante no primeiro trimestre, sendo 3.754 no mês passado. Na comparação com 2023, o indicador aumentou 11% no mês e 13% no acumulado.

policiais militares. Um deles foi preso em flagrante. Foram apreendidos no local papéis e tablete de entorpecentes, diversas munições, dois carregadores de armas e dois telefones celulares. O segundo PM teve dois telefones celulares apreendidos.

A denúncia do MPRJ aponta a estreita relação entre os integrantes do grupo criminoso e policiais. Os mandados foram expedidos pela 1ª Vara Especializada em Organização Criminosa da Justiça do Rio. O juiz determinou a suspensão das funções públicas dos policiais militares e do policial civil. Também foram determinados o sequestro de bens e o bloqueio de valores das contas dos denunciados, além de outras medidas cautelares.

Os milicianos mantinham envolvimento com PMs para que fornecessem informações privilegiadas. A relação com policiais civis servia para que não fossem “incomodados” na realização de suas atividades criminosas com investigações e eventuais prisões em flagrante, mediante pagamento de valores devidos, de forma periódica. Além disso, os agentes de segurança forneciam material bélico, desviados de apreensões e até uniformes aos criminosos.

NÃO USO DE VÉU

Irã condena à morte rapper que protestou a favor de jovem

Um famoso rapper iraniano, preso há quase dois anos por ter apoiado protestos contra a morte de Mahsa Amini, foi condenado à execução na quarta-feira passada, de acordo com a imprensa local. Toomaj Salehi, de 33 anos, foi acusado de corrupção, um dos crimes mais graves do país.

Salehi foi preso em outubro de 2022 após as manifestações em massa desencadeadas pela morte de Amini, uma jovem de 22 anos que foi presa por supo-

tamente usar o véu islâmico incorretamente. Ela morreu enquanto estava detida pela polícia, e seus familiares alegam que ela sofreu um golpe na cabeça - algo que as autoridades negam.

O tribunal do Irã acusou o rapper de “assistência à sedição, reunião e conspiração, propaganda contra o sistema e incitação à rebelião”, segundo seu advogado Amir Raesian, por ele ter apoiado os protestos. Raesian chamou a sentença de “sem precedentes” e anunciou que ape-

lará da decisão.

“A primeira câmara do Tribunal Revolucionário de Isfahan condenou Toomaj Salehi à mais severa punição, a morte, sob a acusação de corrupção no país”, afirmou Raesian ao jornal reformista Shargh. O advogado explicou que o tribunal considerou as acusações contra Salehi como exemplos de “corrupção no país” e, portanto, proferiu a sentença de morte contra o músico.

A morte de Amini provocou fortes protestos que, durante

meses, pediram o fim da República Islâmica e só diminuíram depois de uma repressão que deixou 500 mortos e pelo menos 22 mil detidos e na qual oito manifestantes foram executados, um deles em público.

Muitas mulheres deixaram de usar o véu após os protestos como um gesto de desobediência civil e, recentemente, as autoridades acionaram a chamada Polícia da Moralidade de volta às ruas para impor novamente o uso da vestimenta islâmica.

AUSTRÁLIA

Mais de 160 baleias-piloto são encontradas encalhadas em praia

Mais de 160 baleias-piloto foram encontradas encalhadas em uma praia da costa oeste da Austrália ontem, por razões ainda não esclarecidas pelos cientistas. Esforços de resgate foram acionados no local, e 29 ani-

mais, que não conseguem retornar ao mar, morreram na areia.

Navios e um avião de observação estavam monitorando as baleias que foram resgatadas, caso elas retornassem à costa,

disse Pia Courtis, oficial regional de vida selvagem do Serviço de Parques e Vida Selvagem da Austrália Ocidental. “Até agora tudo bem, eles não conseguiram voltar à costa, mas continuaremos monitorando-as”, disse

Courtis aos repórteres.

O pesquisador local de baleias Ian Wiese juntou-se a centenas de voluntários que ajudaram a resgatar as baleias em Toby’s Inlet, perto da cidade turística de Dunsborough.

DEMOCRACIA

Portugal celebra 50º aniversário da Revolução dos Cravos

Portugal celebrou ontem, o 50º aniversário da Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura do país e marcou a independência de suas colônias na África. Desfiles militares, manifestações e discursos oficiais de autoridades, como o presidente Marcelo Rebelo de Sousa, fazem parte da agenda de comemorações do país.

Milhares se reuniram na manhã desta quinta-feira no Terreiro do Paço, a famosa praça de Lisboa oficialmente conhecida como a Praça do Comércio, onde uma cerimônia militar foi realizada.

O evento foi presidido por Rebelo de Sousa, acompanhado do primeiro-ministro Luís Montenegro, e teve a participação de 1,1 mil soldados das Forças Armadas em um desfile militar acompanhado de fragatas e caças F-16.

O desfile foi encerrado por uma fila de antigas viaturas militares, que partiu na quarta-feira, 24, de manhã de Santarém (80 quilômetros a norte de Lisboa), simulando a marcha realizada por alguns dos capitães há cinquenta anos.

O 50º aniversário é comemorado em um contexto de avanço da extrema direita no país. A motociclista Maria João Diogo, de 56 anos, que acompanhou o desfile militar, declarou à agência EFE que é necessário “mais

um 25 de Abril”, como é conhecida a comemoração em Portugal, porque há “50 fascistas no Parlamento no ano em que se comemoram os 50 anos” da revolução, em uma referência aos 50 assentos ocupados pelo grupo de extrema-direita Chega na Assembleia.

No fim do dia, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa recebeu os homólogos dos países africanos que conquistaram a independência após a revolução: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. E, como acontece todos os anos, os principais líderes políticos do país discursaram em uma “sessão solene” no Parlamento.

A REVOLUÇÃO

A Revolução dos Cravos Lisboa provocou a queda do regime autoritário do Estado Novo, que governou o país entre 1926 e 1974. Em 1974, as tropas portuguesas já estavam em combates há 13 anos em Angola e quase uma década em Moçambique e Guiné-Bissau.

“A principal motivação era resolver o problema da guerra colonial”, recorda à AFP o coronel da reserva Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril, herdeira do “movimento dos capitães”, que organizou a revolução.

Os jovens suboficiais demo-

raram quase um ano para preparar a “conspiração” e executar “um golpe de Estado que pretendia abrir o caminho para a liberdade, acabar com a guerra e construir a democracia em Portugal”, afirma.

No dia 25 de abril de 1974, o regime autoritário mais antigo da Europa ocidental caiu em questão de horas, praticamente sem uma gota de sangue derramada, graças ao apoio imediato da população.

O golpe provocou o cancelamento de uma festa num restaurante, onde um garçomete decidiu distribuir os cravos vermelhos destinados à decoração às pessoas nas ruas e aos soldados.

Alguns jovens militares colocaram os cravos nos canos de suas armas, o que transformou a imagem no símbolo da revolução política, econômica e social. Foram sobretudo as imagens registradas naquele dia que transformaram o cravo vermelho no símbolo da Revolução de 25 de Abril, dando uma visão romântica, poética, embora a revolução tenha sido especialmente pacífica, explica a historiadora Maria Inácia Rezola.

“Eu pensava que 48 anos de ditadura haviam protegido o país contra esta onda de populismo e movimentos radicais de extrema-direita, mas a realidade

é diferente”, afirmou Maria.

DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA

O regime derrubado em 1974 nasceu com uma ditadura militar instaurada em 1926. Depois de ser nomeado ministro das Finanças, o economista Antonio Salazar liderou o governo entre 1932 e 1968, quando foi substituído pelo professor de Direito Marcelo Caetano.

Durante os anos de chumbo, marcados pelo slogan “Deus, pátria, família”, Portugal se tornou “um país pobre, atrasado, analfabeto e isolado do resto do mundo”, explica a historiadora

Após meses de tensões que poderiam ter resultado em uma guerra civil entre as forças pró-comunistas e as correntes favoráveis a uma democracia liberal, o período revolucionário terminou em 25 de novembro de 1975 com uma intervenção militar do general António Ramalho Eanes, que no ano seguinte se tornaria o primeiro presidente democraticamente eleito de Portugal.

Outro personagem crucial do período, o socialista Mario Soares, venceu as primeiras eleições livres com sufrágio universal, organizadas em 25 de abril de 1975 para formar a Assembleia Constituinte que redigiria a atual Carta Magna do país.

Ele disse que o Hamas aceitaria “um Estado palestino totalmente soberano na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e o retorno dos refugiados palestinos conforme as resoluções internacionais”, ao longo das fronteiras de Israel anteriores a 1967, à Guerra dos Seis Dias, quando Israel ocupou mais territórios no Oriente Médio.

Se isso acontecer, disse ele, a ala militar do grupo se dissolverá. “Todas as experiências de pessoas que lutaram contra os ocupantes, quando se tornaram independentes e obtiveram seus direitos e seu Estado, o que essas forças fizeram? Elas se transformaram em partidos políticos e suas forças de Defesa se transformaram no exército nacional”, disse ele.

FIM DA GUERRA

Hamas deixaria armas se fosse estabelecido Estado palestino

Em entrevista à *Associated Press*, uma importante autoridade política do Hamas disse que o grupo terrorista islâmico está disposto a concordar com uma trégua de cinco anos ou mais com Israel e que deixaria de lado suas armas e se converteria em um partido político, se um Estado palestino independente fosse estabelecido ao longo das fronteiras anteriores a 1967.

Os comentários de Khalil al-Hayya, membro do comitê cen-

tral de decisão do grupo terrorista, em uma entrevista na quarta-feira, 24, ocorreram em meio a um impasse de meses nas negociações de cessar-fogo.

A sugestão de que o Hamas se desarmaria com a criação de um Estado Palestino já foi feita outras vezes.

Mas é improvável que Israel considere tal cenário. O país prometeu esmagar o Hamas após os ataques terroristas de 7 de outubro que desencadearam

a guerra, e sua liderança atual se opõe à criação de um Estado palestino.

Al-Hayya, uma autoridade de alto escalão do Hamas que apresentou os terroristas do Hamas em negociações para um cessar-fogo e troca de reféns, disse que o grupo terrorista quer se unir à Organização para a Libertação da Palestina, liderada pela facção rival Fatah, para formar um governo unificado para Gaza e a Cisjordânia.

BATEAU MOUCHE

Ação do MP mira dois PMs e um policial civil

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Rio de Janeiro, realizou ontem uma operação contra milicianos envolvidos com grupo que atua na comunidade *Bateau Mouche*, no bairro da Praça Secca, em Jacarepaguá.

A ação resultou na prisão de cinco pessoas, entre eles, um policial civil e dois policiais militares. A operação - batizada de Naufrágio - denunciou à Justiça 16 pessoas por organização criminosa e extorsão a comerciantes, empreendedores, vendedores ambulantes e mototaxistas.

Um dos presos é o sargento PM Djarde de Oliveira da Condição, conhecido como *Negão 18*. Na casa dele, houve apreensão de maconha, carregadores e munição para fuzil automático.

O outro policial militar, Reinaldo de Souza, não foi localizado. Em nota, a Secretaria de Estado de Polícia Militar informou que a Corregedoria Geral da corporação apoiou as ações do Ministério Público, direcionadas à Operação Naufrágio, que investiga a atuação de uma milícia na Comunidade de *Bateau Mouche*, em Jacarepaguá. Dentre os alunos, dois